



II PLANO DIRETOR DO AGRONEGÓCIO



APRESENTAÇÃO

Com raríssimas exceções, os municípios do Paraná são extremamente dependentes da agropecuária. O mapa do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do estado mostra claramente que, onde a agropecuária é pouco desenvolvida, o IDH é baixo.

O agronegócio pode, diretamente, representar uma fatia menor do Produto Interno Bruto – PIB, algo acima de 30%, mas uma análise criteriosa do que ocorre com as economias da maioria dos municípios do estado, mostra que o seu alcance econômico e social é muito maior. Os demais setores – especialmente os serviços, com forte influência na renda dos municípios, portanto, maior participação na formação do PIB – são alavancados pela produção rural.

As estatísticas de anos anteriores demonstram o impacto que uma calamidade climática e consequente redução da produção agrícola, provoca na renda municipal e do próprio estado. Todos os demais setores, de uma forma geral, são afetados e se ressentem num processo de osmose.

É dentro deste conceito que o sistema Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP/Senar-Paraná/Sindicatos Rurais apresenta aos candidatos ao Governo do estado sugestões para o próximo quadriênio.

O Paraná é um dos mais importantes produtores agropecuários do país, com tecnologia moderna, uma indústria crescente e um setor de serviços direta ou indiretamente envolvido com as atividades do campo. Mas ainda tem espaço para se desenvolver com diversificação e produtividade. O caminho do Paraná é a agroindustrialização. O estado tem todas as características aplicadas para seguir esse caminho, apoiado no desenvolvimento do agronegócio.

O agronegócio paranaense está inserido no processo de globalização da agropecuária onde predomina a competição por eficiência e resultados. Num futuro próximo, teremos novos processos de produção mais complexos que irão exigir melhor gestão e mão de obra qualificada, informações, tecnologia cada vez mais avançadas e já disponibilizadas.

A tecnologia aumenta a produtividade da terra, do trabalho, do capital e reduz o custo médio de produção, mas exige investimentos, conhecimentos, escala mínima de produção, fundamentais à competitividade cada vez maior desse setor.

Contudo, a sua expansão econômica depende de ações de Governo, com infraestrutura para escoamento da produção, educação para garantir mais produtividade, saúde para a sua força de trabalho; segurança e segurança jurídica para que a população rural não viva sob um clima de sobressalto.

A FAEP parte do princípio de que quem cria riquezas é a iniciativa privada e que cabe ao governo assegurar todas as facilidades para que isso ocorra, gerando renda, empregos e impostos.

É necessário que se desenhe a partir de 2015 um quadro inovador da economia paranaense. Instituições internacionais com credibilidade posicionaram o Paraná como o 3º Estado para investimentos e com melhor ambiente de negócio. É preciso avançar ainda mais. Planejamento, projetos, previsibilidade, principalmente com a perseguição de uma filosofia de desenvolvimento criada pela expressão da "intellingentzia" do poder público/setor privado. Ações tradicionais de governo não são mais suficientes para induzir o desenvolvimento econômico e social não só do agronegócio do Paraná, mas de sua economia.

O produtor rural terá que buscar melhorias na gestão da propriedade e os governos exercerem seu papel de indutor do desenvolvimento econômico e social do agronegócio do Paraná.

É o que se propõe neste conjunto de decisões que, esperamos, seja incorporado no próximo Plano de Governo.

A Agropecuária paranaense fará a sua parte – como sempre tem feito – mas para avançar ainda mais necessita de um governo que aja com seriedade, consciência e firmeza na promoção do desenvolvimento e do bem-estar da população do estado.

Curitiba, julho de 2014

ÁGIDE MENEGUETTE

Presidente

CONTEÚDO

1. AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

- 1.1. CONCEITO
- 1.2. ACELERADORES DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO
- 1.3. REPRESENTATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL
- 1.4. FORMAÇÃO DO PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO
- 1.5. EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

2. O AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA DO PARANÁ

- 2.1. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE
- 2.2. REPRESENTATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO PARANAENSE
- 2.3. O AGRONEGÓCIO DO PARANÁ EM RELAÇÃO A OUTROS ESTADOS
- 2.4. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PARANAENSE POR SETORES E REGIÃO
- 2.5. EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR ESTADOS PRODUTORES
- 2.6. O AGRONEGÓCIO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO E REGIONAL DO PARANÁ
- 2.7. ASPECTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO PARANÁ

3. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

- 3.1. LIMITAÇÕES AO CRESCIMENTO ACELERADO
- 3.2. ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O AGRONEGÓCIO DO PARANÁ
- 3.3. DIFERENCIAIS DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

4. II PLANO DIRETOR PARA O AGRONEGÓCIO DO PARANÁ: PERÍODO 2015 A 2018

- 4.1. OBJETIVOS
- 4.2. O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA NO AGRONEGÓCIO
- 4.3. O GOVERNO DO PARANÁ COMO FORÇA INDUTORA
- 4.4. MACRO ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O AGRONEGÓCIO DO PARANÁ
- 4.5. EIXOS ESTRUTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ
- 4.6. AÇÕES SETORIAIS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

5. DEMANDA DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

- 5.1. CADEIAS PRODUTIVAS DE VALOR
- 5.2. MATRIZ DE DEMANDA POR CADEIAS PRODUTIVAS

1. AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

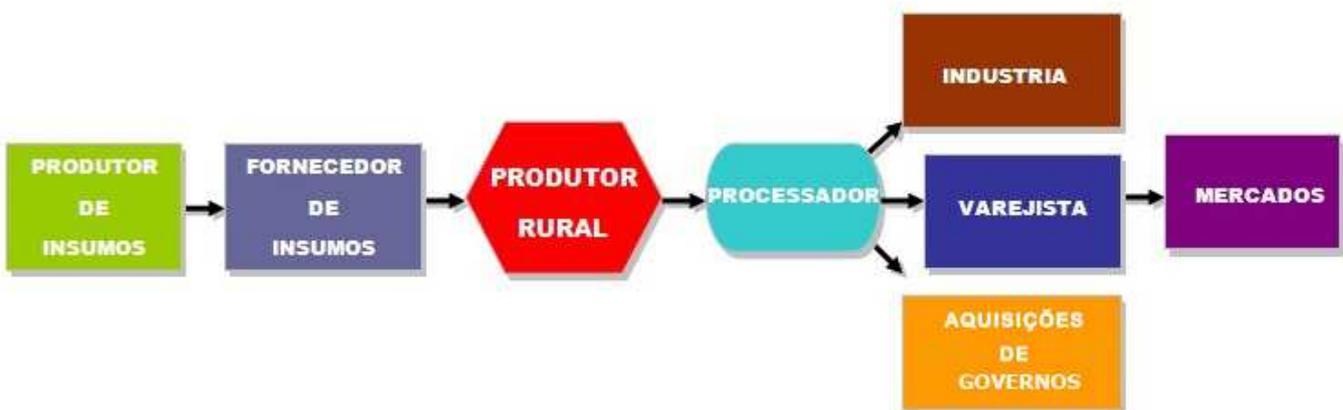
1.1 CONCEITO

O sistema AGRONEGÓCIO engloba a totalidade das operações de produção e distribuição de suprimentos agropecuários, das operações de produção nas propriedades agropecuárias, do armazenamento, do processamento e da distribuição.

É necessário adicionar à esse conjunto, os serviços financeiros, transporte e logística, marketing, seguros, bolsas de mercadorias e outros.

As operações entre os diferentes elos das cadeias produtivas se tornaram cada vez mais complexas em função do volume produzido. Na medida que a agropecuária se moderniza, o produto agrícola agrega mais serviços que estão fora da propriedade para que se possa produzir mais e melhor, figura 1.1.

FIGURA 1.1 VISÃO SISTÊMICA DO AGRONEGÓCIO



1.2 ACELERADORES DO DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

O desenvolvimento do agronegócio mundial, onde o Brasil está inserido, exige elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias de produtos como: sementes, herbicidas, logística de transporte, comércio internacional e agroindústrias.

Essas atividades são conduzidas no Brasil por um grupo restrito de empresas transacionais que operam nas áreas de:

- Comércio mundial de grãos, açúcar e carnes;
- Armazenagem intermediária na coleta de grãos para formação de estoques, logística portuária e transporte marítimo internacional;
- Agroindustrialização de primeiro beneficiamento e também na produção de produtos alimentares de maior valor agregado;
- Produção de fertilizantes, defensivos agrícolas, desenvolvimento e produção de sementes.

1.3 REPRESENTATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL

A produção agropecuária brasileira está presente em todas as regiões do país, sendo a base de sustentação econômica para o desenvolvimento econômico social em quase todos os municípios brasileiros.

Novos sistemas de produção e gerenciamento nas propriedades rurais tem sido a força do crescimento do agronegócio no Brasil.

Na contramão do crescimento e da produção agropecuária, a logística de transportes no Brasil avança muito lentamente – o Custo Brasil - que diminui a competitividade da produção brasileira fora da porteira e, conseqüentemente, da renda do produtor rural.

Em 2012, o agronegócio contribuiu com 23% do PIB brasileiro de R\$ 4,837 trilhões, gerando renda e produto de R\$ 1,092 trilhões.

- 70% é gerado pela agricultura
- 30% é a contribuição da pecuária

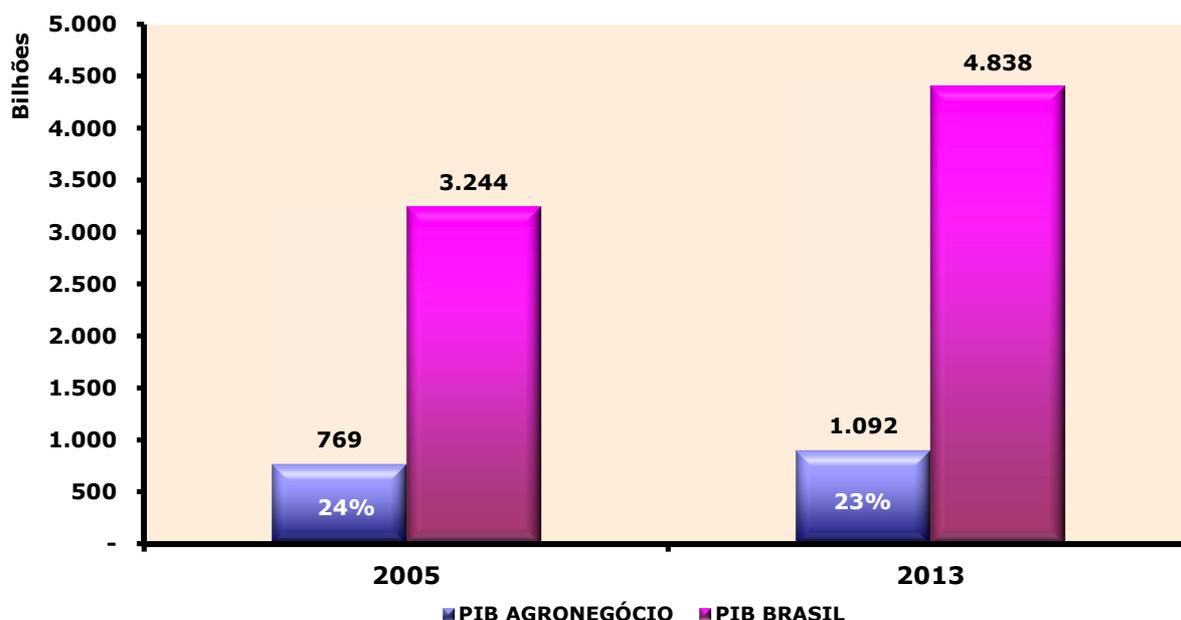
33% dos empregos no país são provenientes das atividades do agronegócio.

41% das exportações brasileiras em 2013, US\$ 100 bilhões, foi a contribuição do agronegócio.

A figura 1.2 ilustra a participação do PIB do agronegócio, ou seja, a geração de renda das atividades agropecuárias na formação da renda ou PIB brasileiro.

A redução da participação do agronegócio entre 2005 e 2012 é resultante da variação do preço da produção primária e do crescimento expressivo do setor de serviços na economia brasileira.

FIGURA 1.2 – PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO PIB BRASILEIRO

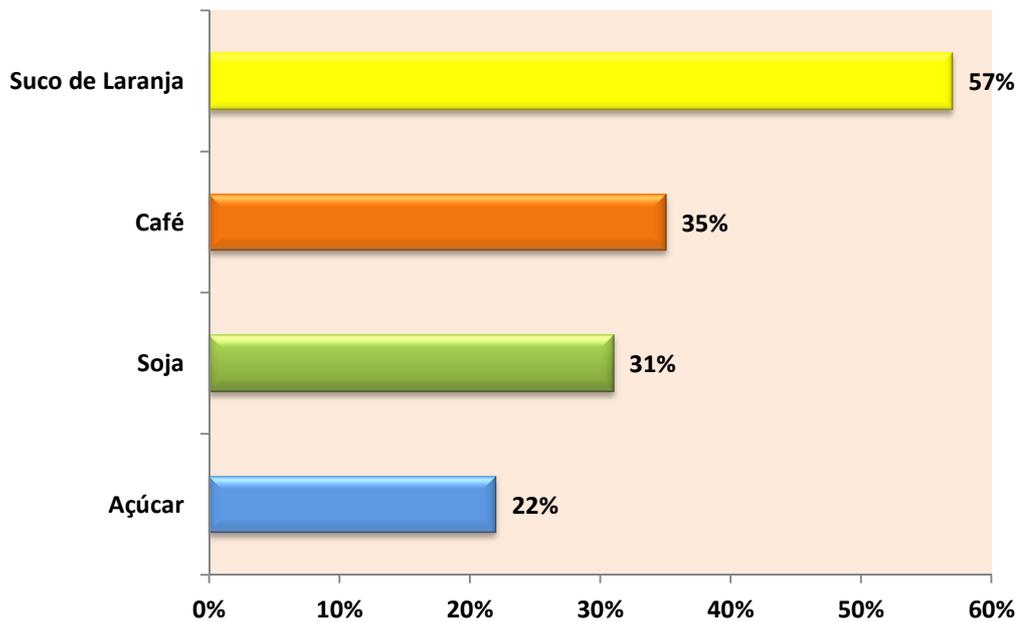


Fonte: CEPEA-USP/CNA

O agronegócio brasileiro passou a ter representatividade na produção mundial a partir da década de 1970 quando houve aumento expressivo da produção brasileira de grãos, carnes, açúcar e suco de laranja, atingindo percentuais significativos na oferta mundial, safra 2013/2014 e representados na figura 1.3.

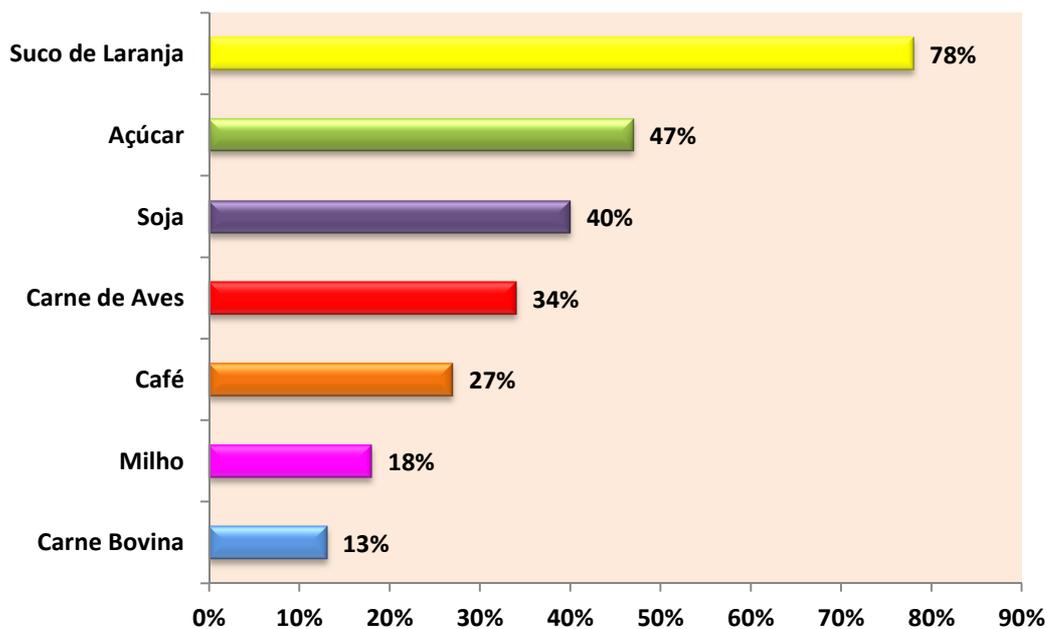
As exportações brasileiras do agronegócio ganham novos mercados e maior representatividade na oferta mundial, em função dos ganhos de produtividade e competitividade obtidos pela produção agropecuária. A figura 1.4 ilustra a participação de sete produtos mais representativos do agronegócio brasileiro nas exportações para diferentes mercados mundiais no ano de 2012.

**FIGURA 1.3 – PRODUÇÃO BRASILEIRA NA OFERTA MUNDIAL
SAFRA 2013/ 2014**



Fonte: USDA

**FIGURA 1.4 – PARTICIPAÇÃO DE PRODUTOS BRASILEIROS NAS
EXPORTAÇÕES MUNDIAIS – ANO 2012**



Fonte: SECEX

1.5 EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O agronegócio brasileiro tem sido a base de sustentação da balança comercial brasileira e o determinante da política cambial ancorada no câmbio flutuante, resultante da geração líquida de divisas que em 2013, totalizou R\$ 82,9 bilhões.

Na série histórica de 2005 à 2013 contida na tabela 1.1, fica demonstrada a contribuição do agronegócio para as exportações brasileiras que totalizou, em 2013, R\$ 100,0 bilhões.

Entre 2005 e 2013 teve participação crescente no resultado das contas externas do Brasil. A figura 1.6 ilustra a evolução das exportações do agronegócio brasileiro e sua participação nas exportações brasileiras.

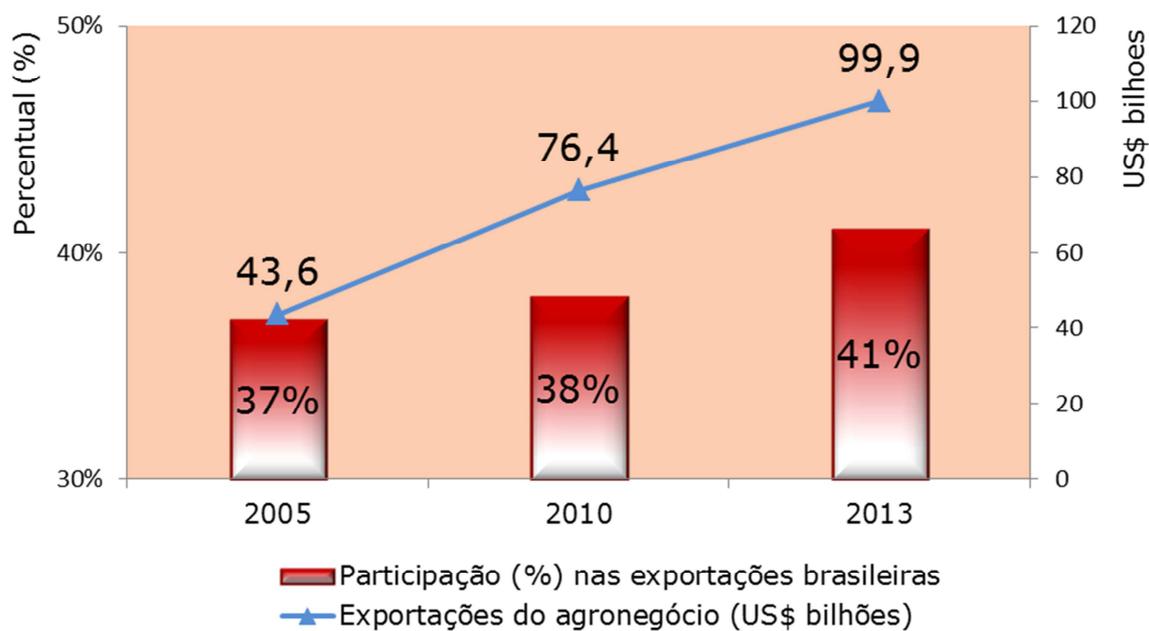
**TABELA 1.1 – O AGRONEGÓCIO NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
PERÍODO 2005 A 2013**

R\$ Bilhões

ANO	BRASIL	AGRONEGÓCIO			REPRESENTATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO NAS EXPORTAÇÕES DO BRASIL
		EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO	
2005	118,3	43,60	5,20	38,40	37%
2006	137,5	49,50	6,70	42,80	36%
2007	160,6	58,40	8,70	49,70	36%
2008	197,9	71,80	11,80	60,00	36%
2009	152,9	64,70	9,80	54,90	42%
2010	201,9	76,40	13,40	63,00	38%
2011	256,0	94,90	17,50	77,40	37%
2012	242,6	95,80	16,40	79,40	39%
2013	242,2	99,97	17,06	82,91	41%

Fonte: MDIC/SECEX

**FIGURA 1.6 – EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO
BRASILEIRO. PERÍODO 2005/2013**



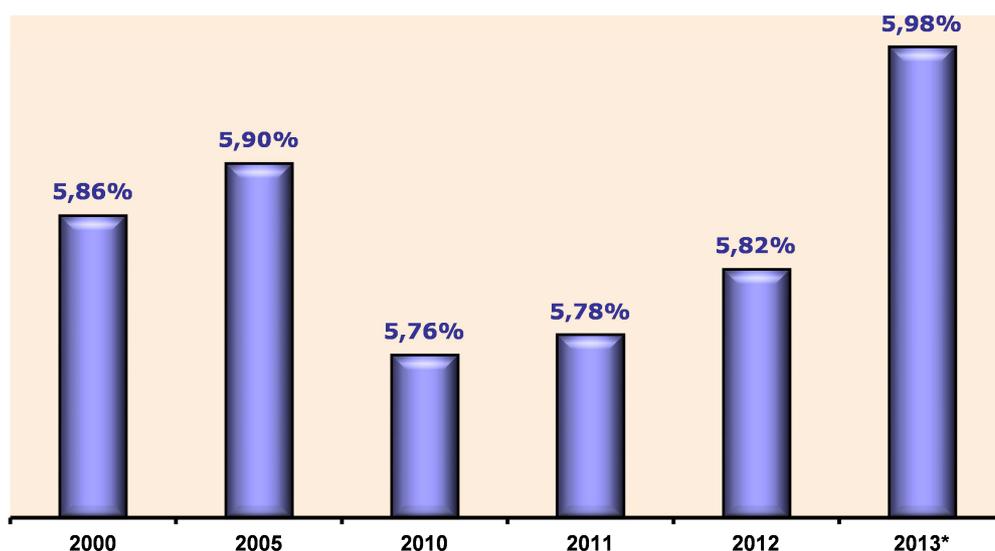
2. O AGRONEGÓCIO NA ECONOMIA DO PARANÁ

2.1 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE

Nos últimos 13 anos, ou seja, a partir dos anos 2000, a economia paranaense tem se mantido estável em relação ao crescimento da economia brasileira, dado que os percentuais de representatividade são praticamente constantes, como apresentado na figura 2.1.

Na formação do PIB brasileiro, a agropecuária e a indústria de transformação vem apresentando pequenas reduções percentuais ao longo dos anos que é compensado pelo crescimento do setor de serviços. Essa tendência é mundial e resultante do processo de urbanização que exige mais e melhores serviços para que as cidades funcionem.

FIGURA 2.1 - PARTICIPAÇÃO PIB PARANÁ NO PIB DO BRASIL



*Estimativa

Fonte: IBGE e IPARDES (estimativa)

2.2 REPRESENTATIVIDADE DO AGRONEGÓCIO PARANAENSE

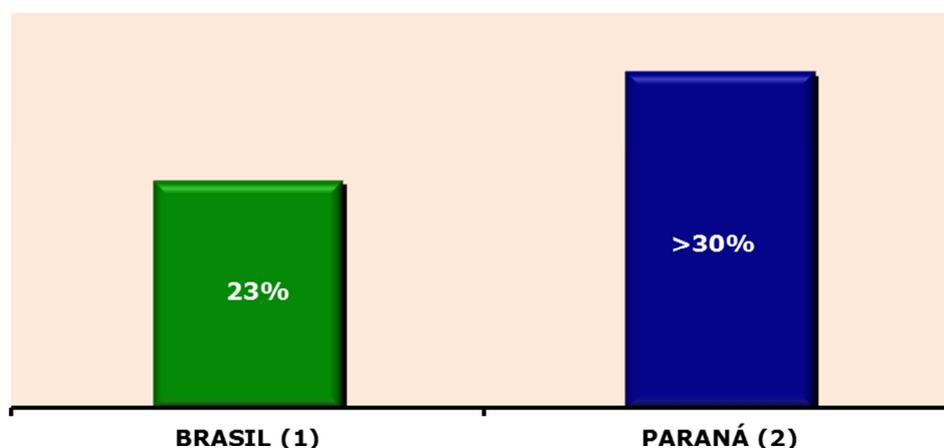
A força do agronegócio do Paraná pode ser resumida nos indicadores contidos na figura 2.2 e tabela 2.1.

Na figura 2.2 é apresentado o comparativo da participação do agronegócio paranaense e brasileiro em relação ao PIB de 2013. A participação do agronegócio do Paraná em relação ao PIB estadual é superior a 30% segundo estimativas do IPARDES, no Brasil esse percentual é de 23%.

A estimativa do IPARDES reflete a importância do agronegócio na formação do produto e da renda no Paraná. A tabela 2.1 contém a participação dos complexos agroindustriais do Paraná e do Brasil na safra 2013/2014.

Os segmentos de grãos (soja, milho e trigo), carnes, leite e açúcar do Paraná tem expressiva representatividade em relação ao agronegócio brasileiro.

FIGURA 2.2 – PIB DO AGRONEGÓCIO NO PARANÁ EM RELAÇÃO AO BRASIL – ANO DE 2013



Fonte: (1) IBGE / CEPEA - USP
(2) IPARDES

**TABELA 2.1 – SEGMENTOS PARANAENSES REPRESENTATIVOS NO
AGRONEGÓCIO BRASILEIRO – SAFRA 2013/2014**

COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS	PRODUÇÃO		REPRESENTATIVIDADE PR / BR	RANKING NACIONAL
	BRASIL	PARANÁ		
Grãos (t)	168.643	33.368	20%	2º
Soja (t)	86.569	14.724	17%	2º
Milho (t)	75.191	15.249	20%	2º
Trigo (t)	6.883	3.395	49%	1º
Leite (bilhões de litros)	32.000	3.900	12%	3º
Carnes (milhões de t)	16.170	3.740	23%	2º
Aves (milhões de t)	12.640	3.250	26%	1º
Suínos (milhões de t)	3.530	490	14%	3º
Açúcar (milhões de t)	38.000	3.060	8%	3º
Etanol (bilhões de litros)	23.000	1.300	6%	5º
Laranja (milhões de t)	18.012	913	5%	3º
Café (milhões de sacas de 60 kg)	50.151	670	1,3%	6º

Fonte: CONAB

2.3 O AGRONEGÓCIO DO PARANÁ EM RELAÇÃO A OUTROS ESTADOS

Modificações estruturais estão ocorrendo na produção regional do agronegócio brasileiro no período 2005 a 2013. De um lado, com a expansão da fronteira agrícola brasileira rumo ao Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso assumiu a liderança na produção de soja no Brasil.

Na esteira do Mato Grosso, a nova fronteira agrícola avança pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Oeste da Bahia, o quadrilátero denominado de MATOPIBA.

Por outro lado, os estados vizinhos de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul vem apresentando taxas expressivas de crescimento no Valor Bruto da Produção Agropecuária e o estado de São Paulo cresce agregando valor à sua produção.

O Paraná tem crescido menos do que os estados vizinhos, reflexo em parte, do limite para expansão da área com produção de grãos e do baixo valor agregado da produção agropecuária paranaense, tabela 2.2.

A figura 2.3 ilustra a perda de posição relativa do Paraná no ranking dos maiores estados produtores do agronegócio no ano de 2013 em relação aos anos de 2005 e 2009.

**TABELA 2.2 - EVOLUÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA POR ESTADOS**

Em R\$ milhões

ESTADOS	ANOS			ACRÉSCIMO
	2005	2009	2013	
PARANÁ	27.963.175	33.984.796	50.157.848	79%
SANTA CATARINA	10.108.959	12.653.787	21.467.904	112%
RIO GRANDE DO SUL	22.609.989	33.126.996	46.658.671	106%
SÃO PAULO	41.338.424	46.005.779	66.313.217	60%
MATO GROSSO DO SUL	9.579.552	11.591.766	20.666.383	116%
MATO GROSSO	26.561.591	33.761.571	52.806.632	99%
GOIÁS	20.034.266	24.481.301	32.225.201	61%
MATOPIBA ***	19.939.726	21.846.522	27.050.082	36%
OUTROS	71.565.711	90.134.283	112.804.565	58%
TOTAL BRASIL	249.701.394	307.586.801	430.150.503	72%

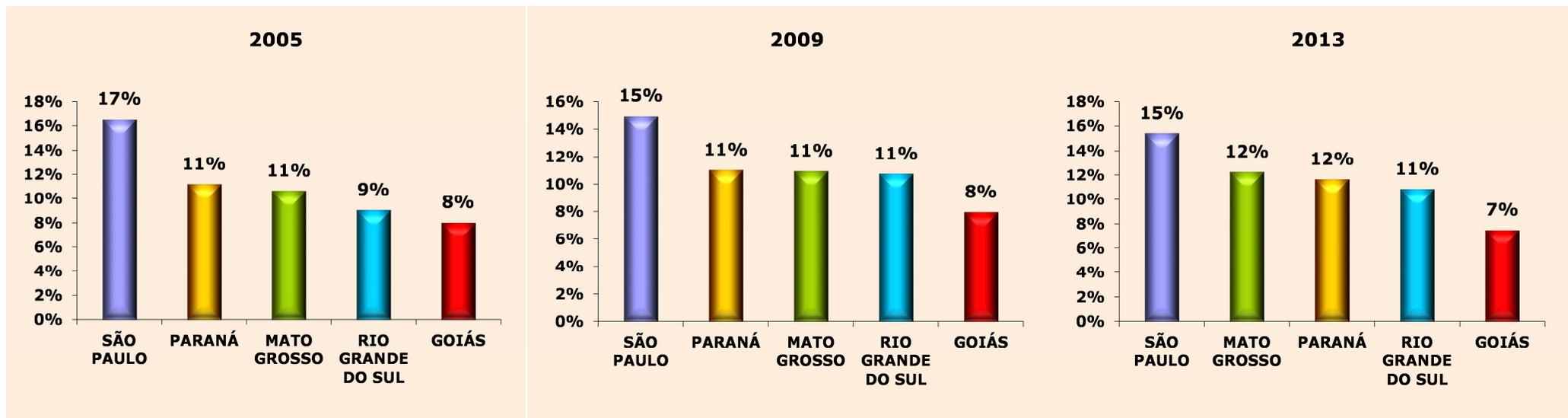
Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, dezembro/2013; FGV - Preços Recebidos pelos Produtores média anual para os anos fechados e para 2013 preços médios de janeiro a julho**; Para o café e a maçã utilizou-se os preços médios do Cepea/Esalq/USP, média anual para os anos fechados, e para 2013 preços médios de janeiro a dezembro; café refere-se ao café arábica tipo 6, bebida dura para melhor e café robusta tipo 6, peneira 13 acima, com 86 defeitos; **P ara arroz, mandioca, milho, soja e trigo, foram utilizados além dos preços da FGV, também os preços médios de julho e dezembro/2013 do Cepea/Esalq/USP. Elaboração AGE/MAPA

Fonte pecuária: IBGE - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais***; Pesquisa Trimestral do Leite***; Produção de Ovos de Galinha***, 3º trimestre 2013; FGV - Preços Recebidos pelos Produtores média anual para os anos fechados e para 2013 preços médios de janeiro a julho; e Preços do Cepea/Esalq/USP, média anual para os anos fechados, e para 2013 preços médios de janeiro a dezembro;

* Valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV - dezembro/2013

*** Para a pecuária, considerou-se para o ano em curso a produção dos últimos 4 trimestres.

FIGURA 2.3 - VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA – RANKING POR ESTADO



Fonte: IBGE

2.4 VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PARANAENSE POR SETORES E REGIÃO

A evolução do agronegócio paranaense é mensurada pelo Valor Bruto da Produção, ou seja, o faturamento bruto de todos os elos das cadeias produtivas.

Nos últimos quatro anos, período 2009 a 2012, a participação dos setores que compõe o agronegócio paranaense, agricultura, pecuária e florestas manteve-se nos mesmos percentuais e representados na figura 2.4.

Os produtos com maior representatividade no Valor Bruto da Produção estão ilustrados na figura 2.5. A distribuição das atividades do agronegócio do Paraná por mesorregiões está contida na tabela 2.2 e ilustrada pela figura 2.6.

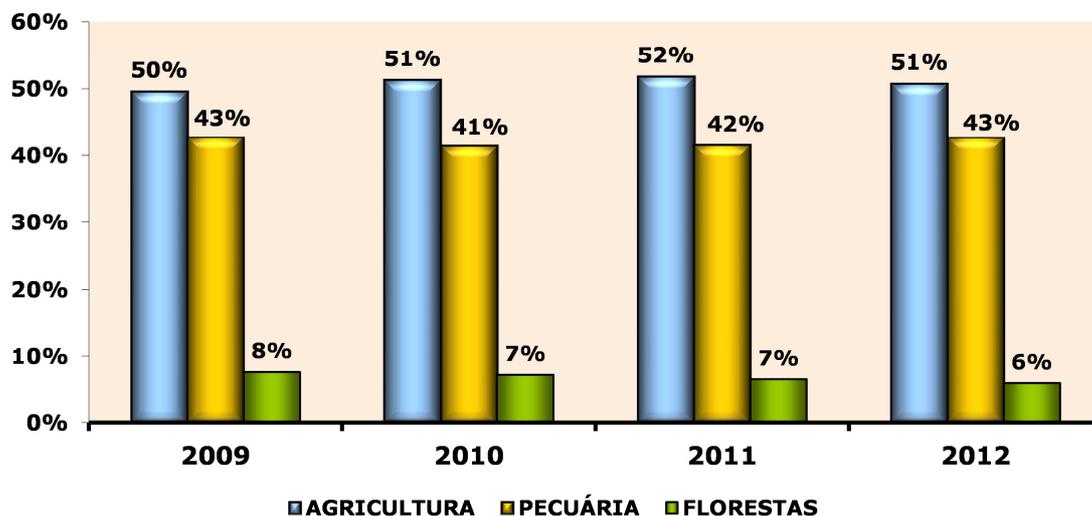
As atividades do agronegócio passam a ser mais representativas onde a base de produção é mais competitiva e com maior produtividade, as mesorregiões do Norte Pioneiro e Central, Noroeste, Centro Ocidental e Oeste do Paraná.

Nessas mesorregiões o valor agregado à produção agropecuária é maior em função da agroindustrialização. A produção agropecuária está apoiada na produção de grãos, açúcar, etanol, leite e derivados, suínos e laranja entre outros.

As demais mesorregiões, Sudeste, Sudoeste e Centro Sul do Paraná apesar de apresentar crescimento na produção de grãos, geram outros produtos de menor agregação de valor ou renda como feijão, madeira, fumo, hortaliças e frutas de clima temperado.

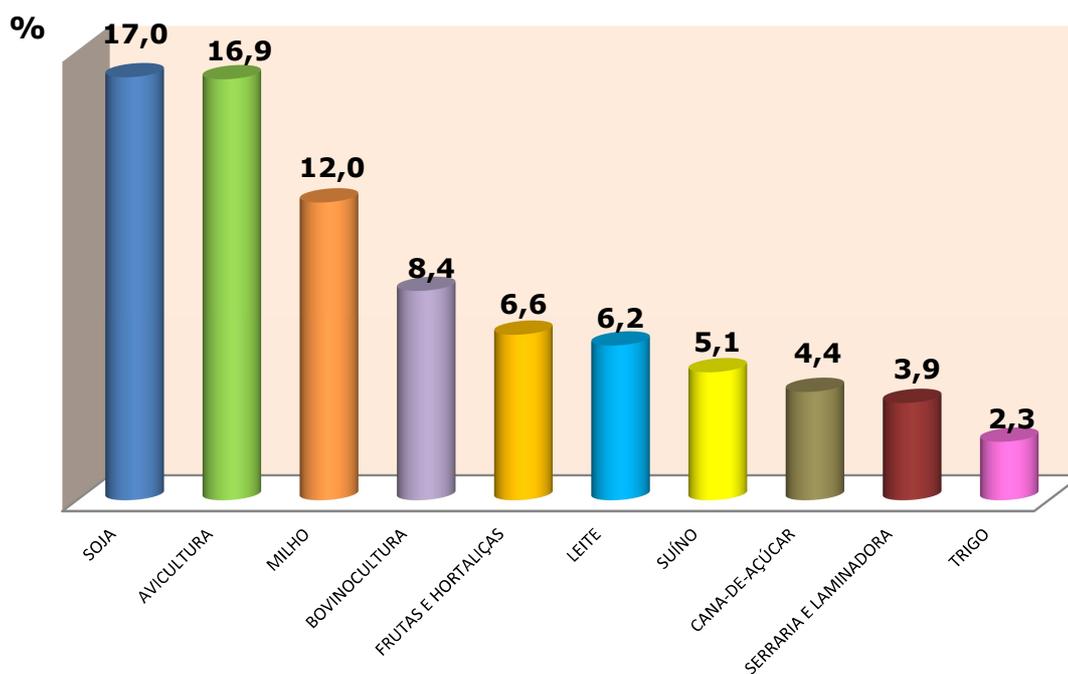
As mesorregiões que apresentaram crescimento superior a média do Paraná que no período foi de 45%, tem aumento na sua participação relativa.

FIGURA 2.4 – EVOLUÇÃO SETORIAL DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PARANAENSE – Período 2009 a 2012



Fonte: IBGE / IPARDES

FIGURA 2.5 – PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO PARANAENSE EM 2012



Fonte: SEAB

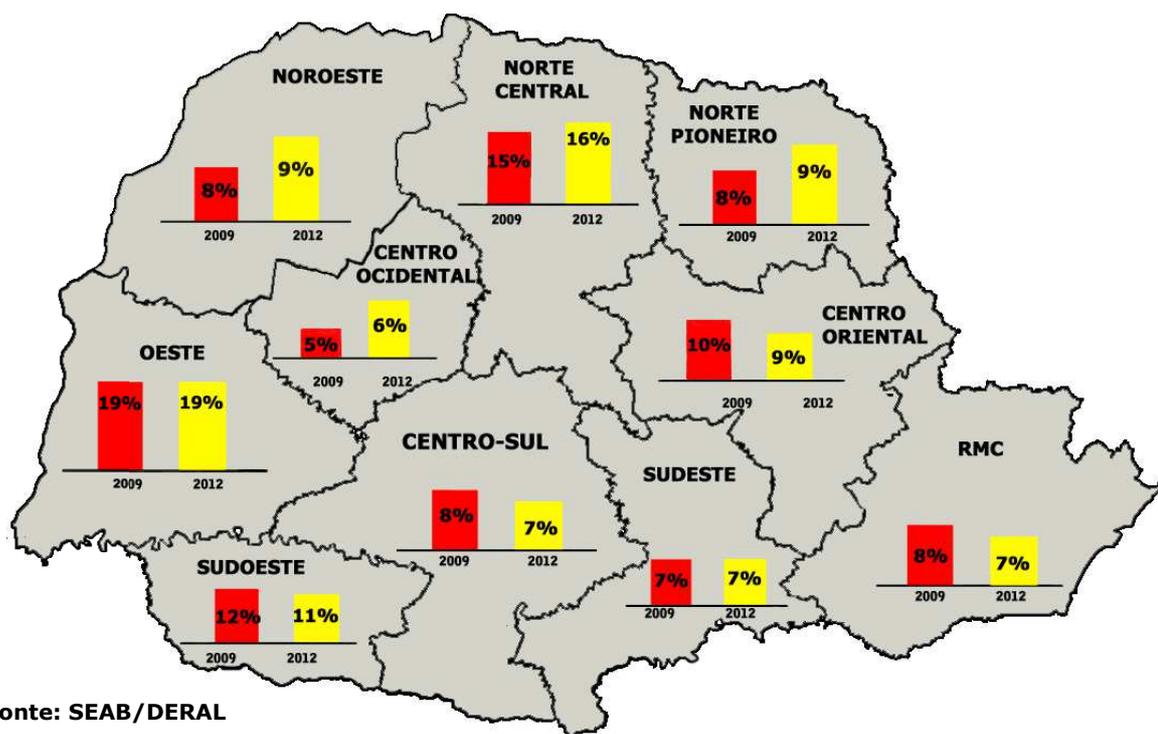
TABELA 2.2 – VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA POR MESORREGIÕES

R\$ 1.000,00

MESSORREGIÕES	ANOS		CRESCIMENTO NO PERÍODO %
	2009	2012	
CENTRO OCIDENTAL	2.030.516	3.415.782	68,2%
NOROESTE	3.155.135	5.071.770	60,7%
NORTE PIONEIRO	3.098.812	4.710.104	52,0%
OESTE	6.930.907	10.505.618	51,6%
NORTE CENTRAL	5.575.713	8.417.682	51,0%
CENTRO ORIENTAL	3.729.721	5.052.332	35,5%
SUDESTE	2.662.060	3.604.012	35,4%
SUDOESTE	4.329.869	5.785.571	33,6%
CENTRO SUL	2.847.971	3.680.952	29,2%
RMC	2.945.817	3.739.877	27,0%
TOTAL	37.306.523	53.983.700	100,0%

FONTE: SEAB/DERAL

FIGURA 2.6 – EVOLUÇÃO DO VBP AGROPECUÁRIO POR MESORREGIÕES



Fonte: SEAB/DERAL

2.5 EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR ESTADOS PRODUTORES

A força das exportações do agronegócio brasileiro e sua importância para a sustentação da balança comercial brasileira estão contidas na tabela 2.3 que apresenta a evolução das exportações do agronegócio pelos maiores estados produtores e exportadores.

A participação relativa do Paraná tem oscilado entre a segunda e quarta posição no total brasileiro.

Os destaques são o Estado de São Paulo que no período considerado de 2005 a 2013, lidera as exportações e o Mato Grosso que saiu da sexta posição em 2005 para ocupar a segunda posição em 2013, basicamente em função das exportações de soja.

TABELA 2.3– EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO POR ESTADOS PRODUTORES

ESTADOS	1999		2005		2008		2009		2010		2011		2013	
	US\$ milhões	%												
SAO PAULO	5.581	27,2	10.725	24,6	15.696	21,9	14.982	23,1	18.983	24,8	21.736	23,0	20.775	22,2
RIO GRANDE DO SUL	3.421	16,7	5.932	13,6	10.633	14,8	9.039	14,0	9.309	12,2	12.029	12,7	13.046	13,9
MATO GROSSO	733	3,6	4.136	9,5	7.717	10,7	8.368	12,9	8.302	10,9	10.919	11,5	15.491	16,6
PARANA	3.199	15,6	5.954	13,7	10.222	14,2	8.064	12,5	9.908	13,0	12.652	13,4	13.546	14,5
MINAS GERAIS	1.848	9,0	3.736	8,6	5.869	8,2	5.649	8,7	7.609	10,0	9.716	10,3	7.344	7,8
SANTA CATARINA	1.642	8,0	3.659	8,4	5.140	7,2	4.282	6,6	4.905	6,4	5.786	6,1	5.548	5,9
OUTROS	4.069	19,9	9.475	21,7	16.530	23,0	14.372	22,2	17.421	22,8	21.754	23,0	17.828	19,1
TOTAL	20.494	100,0	43.617	100,0	71.806	100,0	64.756	100,0	76.439	100,0	94.591	100,0	93.579	100,0

RANKING	1999		2005		2008		2009		2010		2011		2013	
	Rank	%												
1º	SP	27,2%	SP	24,6%	SP	21,9%	SP	23,1%	SP	24,8%	SP	23,0%	SP	22,2%
2º	RS	16,7%	PR	13,7%	RS	14,8%	RS	14,0%	PR	13,0%	PR	13,4%	MT	16,6%
3º	PR	15,6%	RS	13,6%	PR	14,2%	MT	12,9%	RS	12,2%	RS	12,7%	PR	14,5%
4º	MG	9,0%	MT	9,5%	MT	10,8%	PR	12,5%	MT	10,9%	MT	11,5%	RS	13,9%
5º	SC	8,0%	MG	8,6%	MG	8,2%	MG	8,7%	MG	10,0%	MG	10,3%	MG	7,8%
6º	MT	3,6%	SC	8,4%	SC	7,2%	SC	6,6%	SC	6,4%	SC	6,1%	SC	5,9%

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC

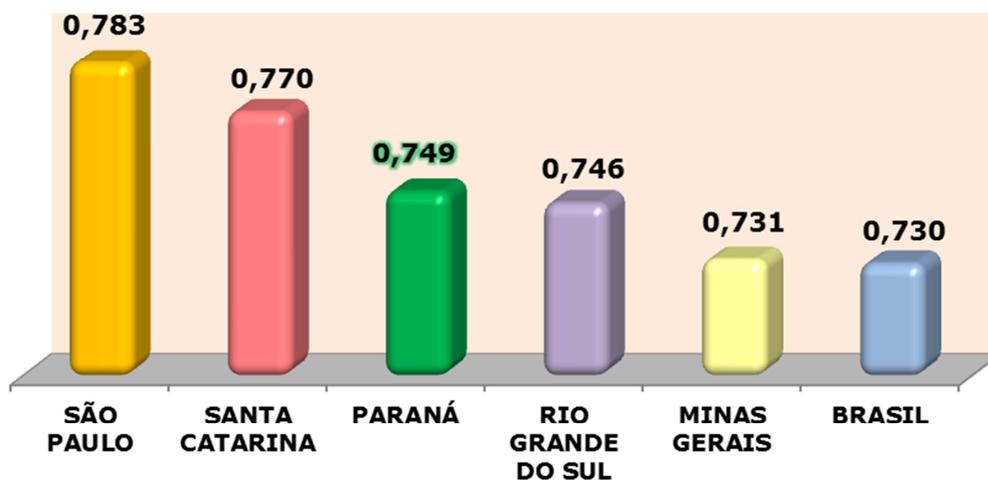
2.6 O AGRONEGÓCIO E O DESENVOLVIMENTO HUMANO E REGIONAL DO PARANÁ

O crescimento das atividades do agronegócio no Paraná impactam diretamente na qualidade de vida das populações onde ele está localizado. O Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, calcula o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH para mensurar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida às populações.

O cálculo do IDH computa os seguintes fatores: educação pelos anos médios de estudo, a expectativa de vida da população e o Produto Interno Bruto "per-capita". Quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido é o município, estado ou país.

O ranking dos 5 estados brasileiros com maior IDH em 2010 está apresentado na figura 2.7 e o estado do Paraná ocupa a 3ª posição entre os estados brasileiros.

FIGURA 2.7 – ESTADOS COM MAIOR IDH



Fonte: PNUD

A figura 2.8 apresenta o IDH mensurado em 2012 por municípios do Paraná. Do total dos 399 municípios, apenas 4 são considerados pobres.

Os municípios que concentram as atividades do agronegócio possuem IDH alto, ou seja, municípios em rápido processo de crescimento econômico, incluindo a Região Metropolitana de Curitiba e representam 88% da população do Paraná em 54% da área do Estado.

A região Centro-Sul do Paraná e o Vale da Ribeira, concentram os municípios com IDH médio, considerados como emergentes. Nessas regiões, em função da topografia acidentada, mesmo a produção de grãos, leite e avicultura não são representativas, porém são intensivas em todas as outras regiões do Estado.

Nas regiões de IDH médio, os municípios emergentes, possuem vantagens competitivas para o desenvolvimento de outras cadeias produtivas como a bovinocultura de corte, frutas, hortaliças e madeira, desde que sejam estimuladas.

Para melhorar o IDH nessas regiões, é necessário o Governo do Estado estruturar e implantar programas de desenvolvimento regional de acordo com as aptidões e vocações dessas regiões, com o objetivo de intensificar o desenvolvimento do agronegócio e não somente atender as populações com programas de assistência social e programas de apoio desconectados do agronegócio.

A figura 2.9 demonstra que nos estados vizinhos do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, onde o agronegócio é diversificado e possui maior valor agregado em suas cadeias produtivas, é menor o percentual da população inscrita no Cadastro Único, mecanismo utilizado para que a população de baixa renda possa receber auxílio social através dos Programas do Governo Federal.

Essa constatação demonstra que o desenvolvimento econômico aumenta a renda das populações libertando-as da dependência de programas assistenciais.

Intensificar as atividades do agronegócio é o caminho para o desenvolvimento econômico e social mais equilibrado e justo para qualquer estado ou região.

FIGURA 2.8 – IDH E LOCALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ – Ano 2010

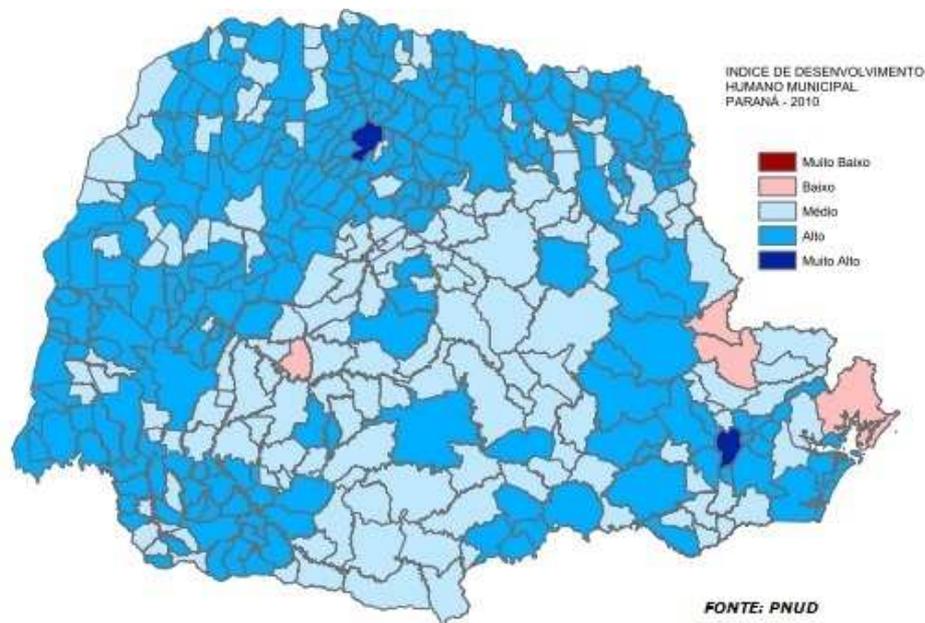
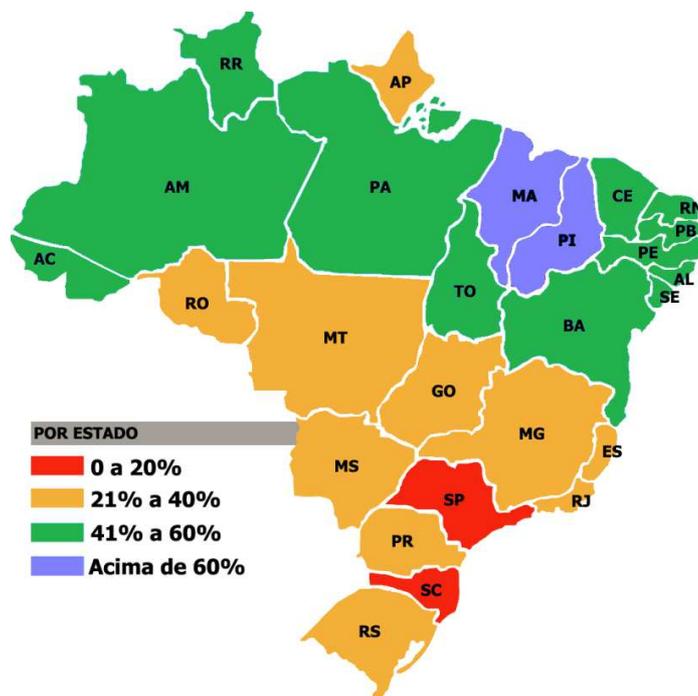


FIGURA 2.9 – PERCENTUAL DA POPULAÇÃO INSCRITA NO CADASTRO ÚNICO PARA RECEBER AUXÍLIO SOCIAL



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e IBGE

2.7 ASPECTOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO PARANÁ

Avaliação de três indicadores de desempenho econômico e social do agronegócio do Paraná por mesorregiões; área plantada com os grãos soja e milho primeira safra, evolução do rebanho bovino estão contidas nas tabelas 2.4 e figuras de nº 2.10 e 2.11, associado ao IDH da tabela 2.8, permite inferir algumas realidades que inibem o desenvolvimento mais equilibrado do agronegócio no território paranaense. As inferências são as seguintes:

- **O rebanho de corte foi reduzido em 1.460 mil cabeças no período 2005 à 2012. A redução ocorreu em todas as mesorregiões, porém nas mesorregiões Noroeste, Norte Central e Pioneiro a perda foi o equivalente a 58% da redução de todo o efetivo de bovinos de corte do Paraná.**
- **Essa realidade é resultante da baixa lucratividade da bovinocultura de corte, liberando pastagens degradadas para a produção de grãos, tabela 2.4 e figura 2.10. O acréscimo de área para produção de soja e milho primeira safra no período 2005 à 2012 foi de 1.146.875 ha.**
- Na região Noroeste houve substituição do plantio de grãos por cana-de-açúcar, mandioca e laranja que apresentam maior aptidão agrícola em função do solo arenoso e clima subtropical.
- Os maiores acréscimos de área plantada com soja e milho estão nas mesorregiões do basalto: Oeste, Norte Ocidental, Norte Central e Norte Pioneiro.

- A cultura da soja avança mais lentamente nas regiões do Sudeste, Centro Oriental e Região Metropolitana de Curitiba, excluindo o litoral e o Vale da Ribeira.
- A figura 2.11 indica tendência atual de crescimento das culturas de soja e milho por mesorregiões. O plantio de milho na primeira safra é decrescente no Centro Sul, Sudeste, Centro Oriental e Região Metropolitana de Curitiba, em razão da menor fertilidade do solo que exige maior adubação, e com isso, acarreta aumento de custos.
- É preocupante em termos de desenvolvimento regional, o que ocorre nas mesorregiões Centro Sul, Sudeste e parte Sul do Norte Central, onde diminui a área de plantio de soja e milho, do efetivo de bovinos de corte o que leva essas regiões a apresentar menor IDH por não terem outras atividades do agronegócio.

Portanto, a ação do Governo do Paraná é necessária, implantando programas de desenvolvimento regional efetivos, pois existe alternativa para produção de bezerros provenientes de cruzamento industrial, hortaliças e leite.

**TABELA 2.4 – COMPARATIVO ÁREA PLANTADA COM SOJA E MILHO
DA PRIMEIRA SAFRA E O EFETIVO BOVINO DE CORTE**

MESORREGIÕES	ÁREA PLANTADA GRÃOS(*) ha				REBANHO DE CORTE			
	ANOS		ACRÉSCIMO		ANOS		ACRÉSCIMO	
	2005	2012	ÁREA	%	2005	2012	CABEÇAS	%
Noroeste Paranaense	324.286	303.609	-20.677	-6%	1.863.220	1.558.209	-305.011	-16%
Soja	243.448	169.997	-73.451	-30%	1.863.220	1.558.209	-305.011	-16%
Milho	80.838	133.612	52.774	65%				
Centro Ocidental Paranaense	765.458	976.434	210.976	28%	435.889	327.957	-107.932	-25%
Soja	599.726	601.683	1.957	0,3%	435.889	327.957	-107.932	-25%
Milho	165.732	374.751	209.019	126%				
Norte Central Paranaense	1.067.634	1.327.350	259.716	24%	1.037.660	833.570	-204.090	-20%
Soja	737.247	751.222	13.975	2%	1.037.660	833.570	-204.090	-20%
Milho	330.387	576.128	245.741	74%				
Norte Pioneiro Paranaense	521.110	735.291	214.181	41%	763.395	438.718	-324.677	-43%
Soja	354.860	397.400	42.540	12%	763.395	438.718	-324.677	-43%
Milho	166.250	337.891	171.641	103%				
Centro Oriental Paranaense	574.574	598.570	23.996	4%	415.969	260.906	-155.063	-37%
Soja	405.230	451.420	46.190	11%	415.969	260.906	-155.063	-37%
Milho	169.344	147.150	-22.194	-13%				
Oeste Paranaense	1.297.229	1.762.629	465.400	36%	398.566	306.364	-92.202	-23%
Soja	921.650	952.900	31.250	3%	398.566	306.364	-92.202	-23%
Milho	375.579	809.729	434.150	116%				
Sudoeste Paranaense	593.831	551.491	-42.340	-7%	281.269	236.804	-44.465	-16%
Soja	347.581	375.920	28.339	8%	281.269	236.804	-44.465	-16%
Milho	246.250	175.571	-70.679	-29%				
Centro-Sul Paranaense	637.133	631.098	-6.035	-1%	853.595	701.740	-151.855	-18%
Soja	364.130	444.975	80.845	22%	853.595	701.740	-151.855	-18%
Milho	273.003	186.123	-86.880	-32%				
Sudeste Paranaense	341.365	373.080	31.715	9%	132.844	98.331	-34.513	-26%
Soja	139.805	238.220	98.415	70%	132.844	98.331	-34.513	-26%
Milho	201.560	134.860	-66.700	-33%				
Metropolitana de Curitiba	199.040	208.983	9.943	5%	112.660	72.910	-39.750	-35%
Soja	40.990	73.068	32.078	78%	112.660	72.910	-39.750	-35%
Milho	158.050	135.915	-22.135	-14%				
PARANÁ	6.321.660	7.468.535	1.146.875	18%	6.295.066	4.835.508	-1.459.558	-23%
Soja	4.154.667	4.456.805	302.138	7%	6.295.066	4.835.508	-1.459.558	-23%
Milho	2.166.993	3.011.730	844.737	39%				

Notas:

* Fonte: SEAB/DERAL. Área plantada com soja e milho primeira safra

**Fonte: ADAPAR e DTE/FAEP

FIGURA 2.10 – CRESCIMENTO DA ÁREA PLANTADA COM SOJA E MILHO – 1ª SAFRA – E EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO DE CORTE POR MESORREGIÃO – PERÍODO 2005/2012

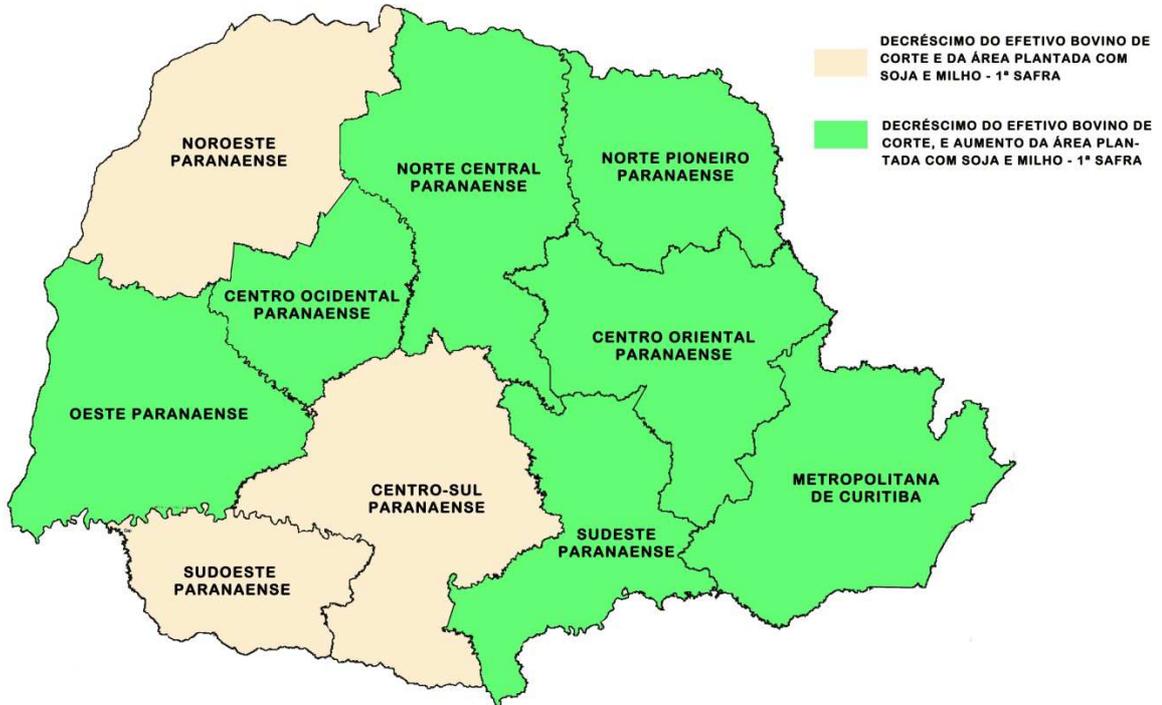
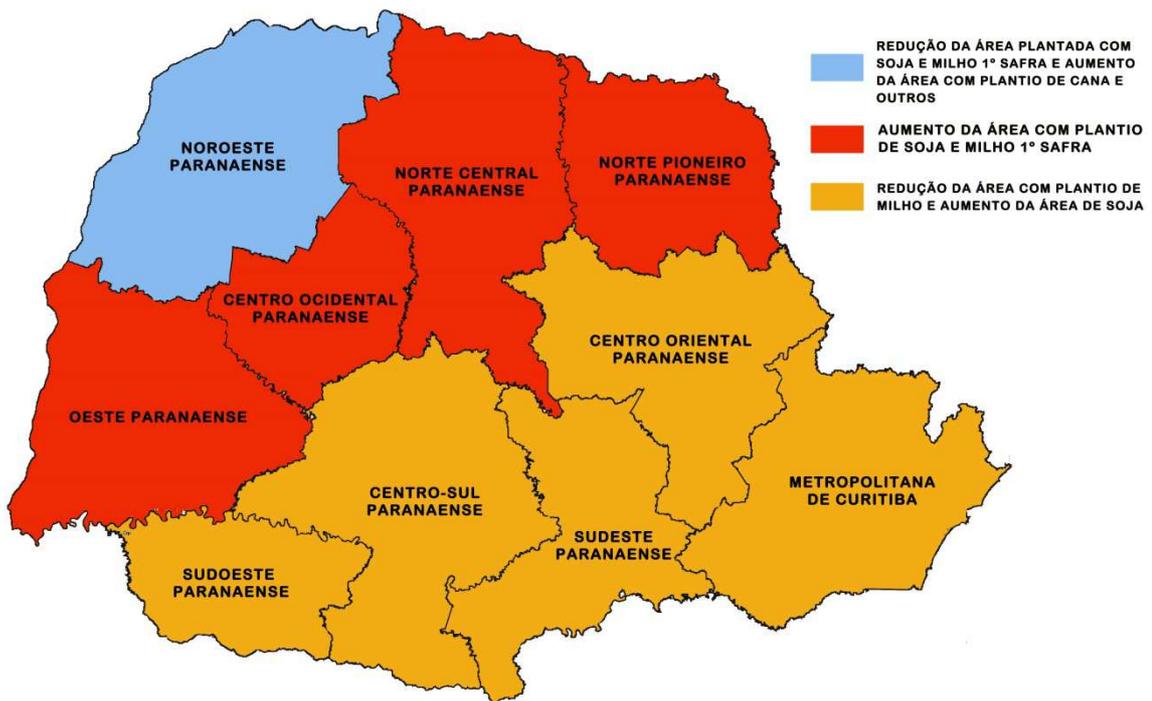


FIGURA 2.11 – CRESCIMENTO DA ÁREA PLANTADA COM SOJA POR MESORREGIÃO- PERÍODO 2005/2012



3. DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

Em que pese o crescimento acelerado do agronegócio paranaense nos últimos anos e da sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social para o Paraná, está apresentando limitações estruturais para continuar com sua tendência histórica de crescimento acelerado.

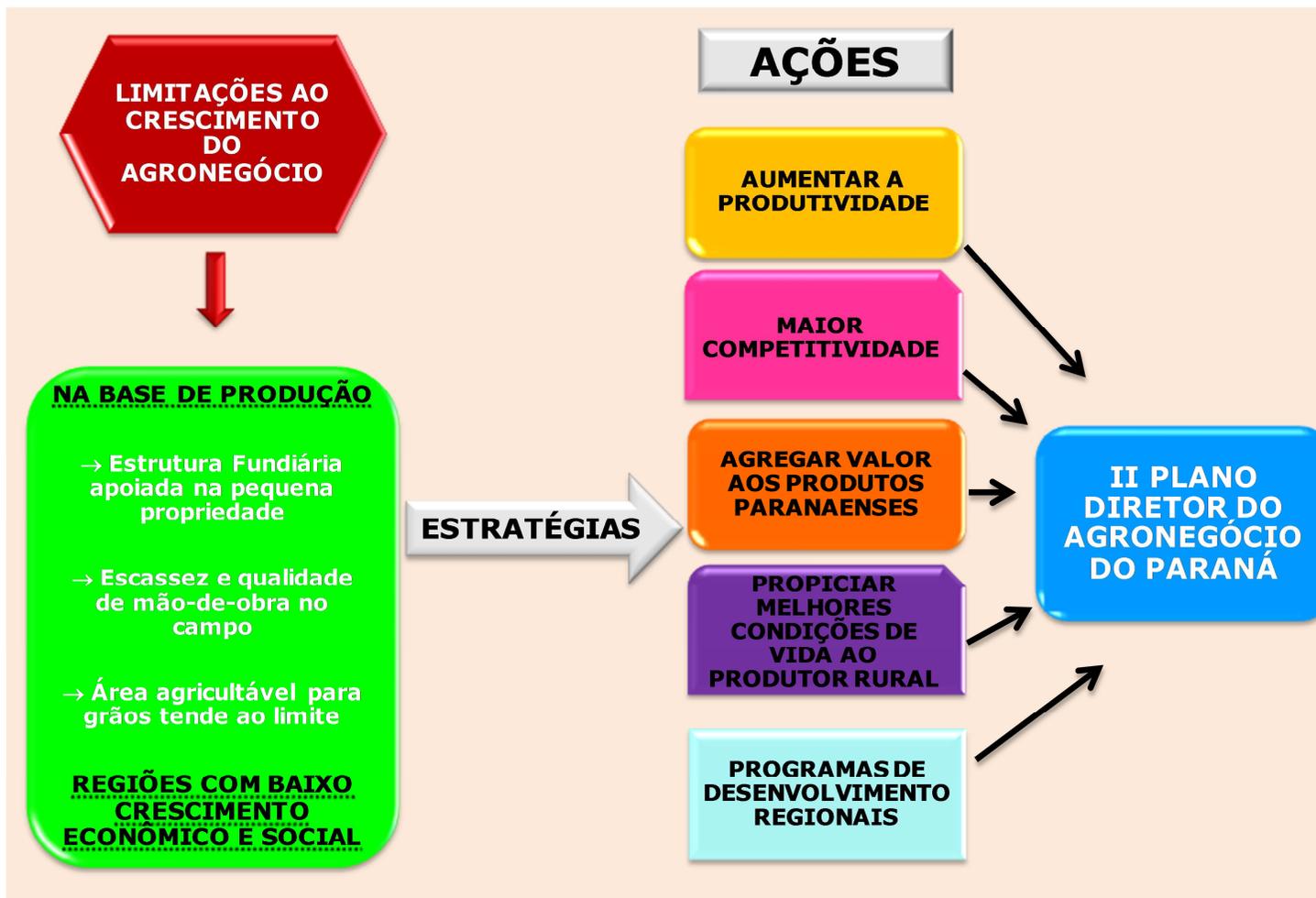
O agronegócio do Paraná encontra-se numa encruzilhada.

Precisa acelerar ainda mais seus ganhos de produtividade para se tornar mais competitivo, agregar maior valor à sua produção e que os Governos Estadual e Federal implantem urgentemente os projetos para melhorar a infraestrutura e logística de transporte e, com isso, reduzam o Custo Paraná e o Custo Brasil.

Por outro lado, é o momento de priorizar o crescimento apoiado em novas bases nas cadeias produtivas não estruturadas como frutas, hortaliças, leite e derivados e bovinocultura de corte, criando novas oportunidades para os pequenos e médios produtores e estímulos à produção regional em regiões onde o agronegócio é menos desenvolvido.

A figura 3.1 ilustra de forma resumida o detalhamento da nova estratégia para o agronegócio do Paraná. As estratégias apresentadas junto com as ações que o Governo do Estado deve conduzir para desenvolver o agronegócio com melhores condições de vida ao produtor rural, compõe o II PLANO DIRETOR DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ.

FIGURA 3.1 – LIMITAÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO PARANÁ



3.1 LIMITAÇÕES AO CRESCIMENTO ACELERADO

Fatores estruturais junto à base de produção e regiões com baixo crescimento econômico e social estão impactando diretamente no crescimento acelerado do agronegócio paranaense.

BASE DE PRODUÇÃO

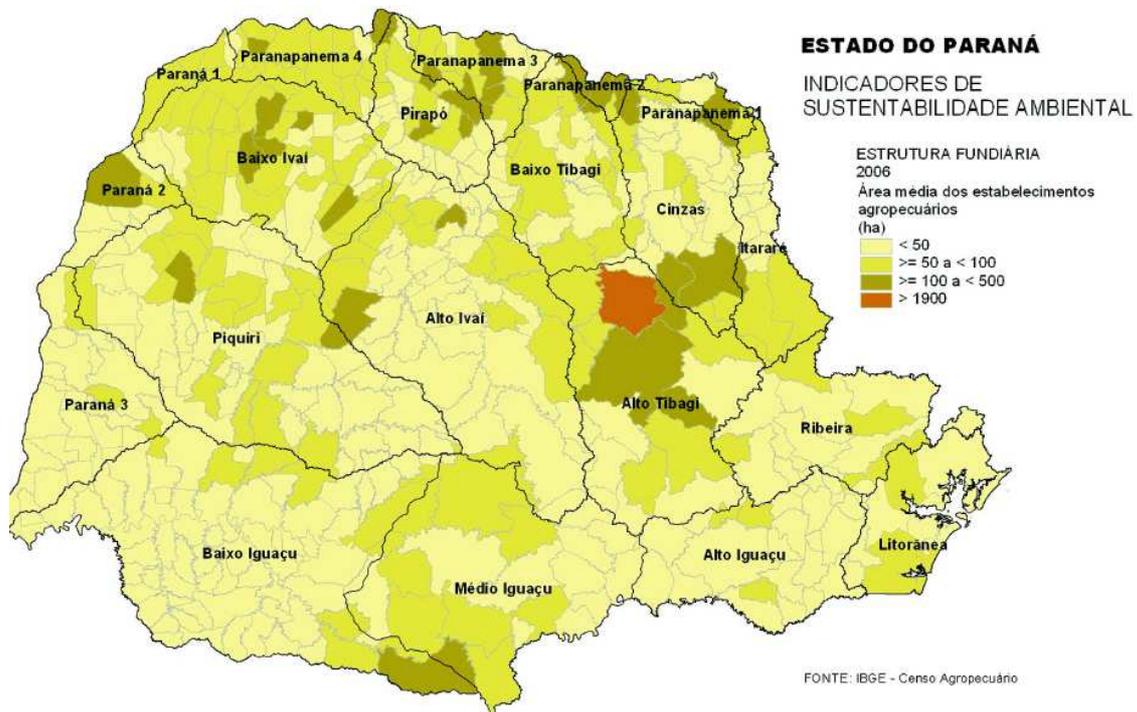
Pelas características geográficas, processo de colonização e tendência mundial de crescimento urbano, a base de produção do agronegócio do Paraná é um fator limitante ao seu crescimento acelerado como:

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Por força do processo de colonização das regiões Sudoeste, Oeste, Noroeste, Norte e Centro Ocidental, privilegiou-se a divisão da terra em pequenas e médias propriedades. É nessas regiões que o agronegócio do Paraná é mais forte. Há que considerar que sempre esteve em curso a divisão das propriedades decorrente do processo normal de transferência à herdeiros dos produtores rurais.

Assim, 87% das propriedades rurais do Paraná tem área de até 50ha. A visualização de estrutura fundiária do Paraná está apresentada na figura 3.2.

FIGURA 3.2 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO PARANÁ EM 2006



ÁREA MECANIZAVEL TENDE AO LIMITE DE EXPANSÃO

Nos últimos 10 anos, a área mecanizável para produção de grãos, as culturas de verão soja e milho primeira safra, oscilaram entre 6,1 e 7,8 milhões de hectares/ano, no período 2004 a 2013, tabela 3.1.

Com as condições de mercado favoráveis às culturas de soja e milho, a área cultivada a partir de 2011 atingiu 7,8 milhões de hectares, em 2013.

O avanço da área para produção de grãos se deu mediante a incorporação de áreas ociosas e em áreas de pastagens degradadas. No período 2005 a 2012, o rebanho bovino de corte foi reduzido em mais de 1,4 milhões de cabeças.

A área ocupada por pastagens degradadas a região Noroeste, passou a ser utilizada para produção de grãos, cana-de-açúcar, laranja e mandioca.

No período 2000 a 2013 a produção dos grãos soja e milho primeira safra, cresceu 129% para um acréscimo de área de 53% e incremento de produtividade 33% para a soja e 74% para o milho.

O trigo como cultura de inverno ocupa a mesma área de plantio de soja e milho.

É importante destacar que os maiores acréscimos de produtividade ocorrem após os anos 2010 e são mais expressivos para a cultura do milho.

TABELA 3 .1 – GRÃOS (SOJA, MILHO E TRIGO) – ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

ÁREA COLHIDA DE GRÃOS - Em 1.000 hectares														
PRODUTOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Soja	2.856	2.797	3.300	3.624	3.948	4.122	3.900	3.928	3.923	4.011	4.373	4.482	4.391	4.673
Milho	1.540	1.878	1.524	1.478	1.358	1.278	1.464	1.295	1.382	1.238	901	784	961	876
SUBTOTAL	4.396	4.675	4.823	5.102	5.306	5.401	5.365	5.224	5.306	5.249	5.274	5.266	5.352	5.549
Trigo	502	963	1.108	1.263	1.359	1.276	762	829	1.139	1.298	1.177	1.028	782	1.000
TOTAL	4.898	5.638	5.932	6.365	6.665	6.676	6.127	6.052	6.444	6.547	6.451	6.294	6.134	6.549
PRODUÇÃO DE GRÃOS - Em 1.000 toneladas														
PRODUTOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Soja	7.194	8.585	9.540	10.963	10.120	9.519	9.379	11.817	11.722	9.320	13.932	15.343	10.821	15.794
Milho	5.957	9.546	7.705	8.363	7.579	6.516	7.644	8.539	9.662	6.722	6.846	6.214	6.646	7.119
SUBTOTAL	13.151	18.130	17.245	19.326	17.699	16.036	17.023	20.356	21.384	16.042	20.778	21.557	17.467	22.913
Trigo	716	2.019	1.644	3.282	3.053	2.802	1.198	1.943	3.239	2.606	3.461	2.445	2.108	1.839
TOTAL	13.866	20.150	18.889	22.607	20.752	18.838	18.220	22.299	24.623	18.648	24.238	24.002	19.574	24.752
PRODUTIVIDADE MÉDIA - Em Kg / hectares														
PRODUTOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013*
Soja	2.519	3.069	2.891	3.025	2.563	2.309	2.405	3.008	2.988	2.324	3.186	3.423	2.464	3.380
Milho	3.867	5.082	5.058	5.659	5.582	5.098	5.220	6.591	6.990	5.429	7.596	7.921	6.915	8.127
Trigo	1.425	2.097	1.483	2.598	2.247	2.196	1.571	2.345	2.844	2.008	2.941	2.379	2.696	1.839

Fonte: SEAB/DERAL ano de 2014

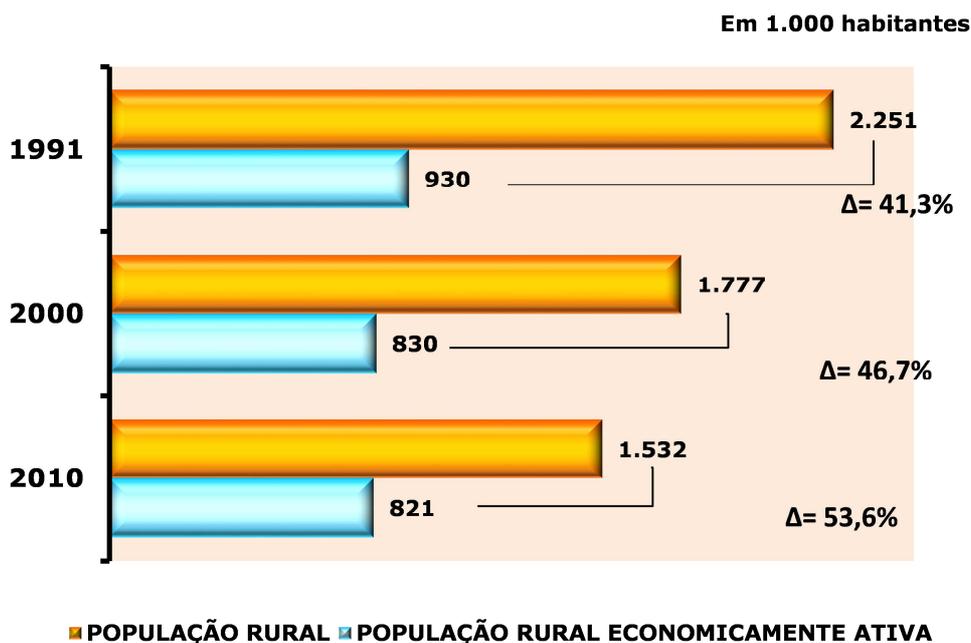
* Previsão

ESCASSEZ DE MÃO DE OBRA RURAL

A escassez de mão de obra rural é uma realidade mundial. No estado do Paraná, o êxodo rural que foi intenso nos anos 1970, passou a ter contornos de estabilização a partir dos anos 2000 quando a população economicamente ativa no setor rural atingiu 830.000 pessoas e chegou a 821.000 pessoas em 2010, ilustrada pelas figuras 3.3 e 3.4. Em 10 anos, a perda de população economicamente ativa na zona rural foi de apenas 9.000 habitantes.

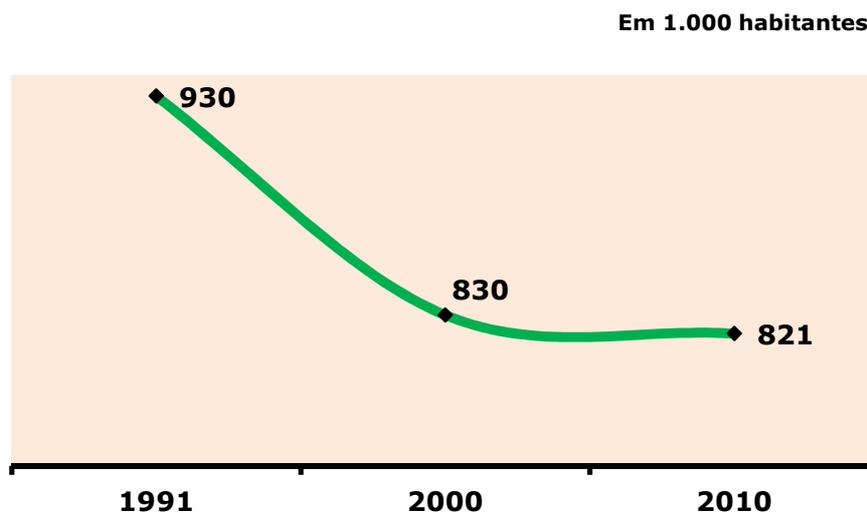
O Paraná está com sua população rural economicamente ativa praticamente estabilizada. É necessário ampliar e intensificar a capacitação técnica e gerencial para melhorar a sua qualidade em função dos novos desafios que o agronegócio terá para os próximos anos, onde a mecanização intensiva é uma realidade junto com as melhorias em gestão.

FIGURA 3.3 – PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA POPULAÇÃO RURAL



FONTE: IBGE

FIGURA 3.4 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA



FONTE: IBGE

OUTROS CONDICIONANTES

- **O baixo crescimento do agronegócio e da agroindústria nas regiões do Centro Sul, Sudeste e parte Sul do Norte Centro, impactam negativamente no desenvolvimento como um todo no Paraná;**
- **O crescimento do agronegócio em outros estados gera vantagens locacionais com novos ambientes de negócios, ampliando as vantagens locacionais nesses estados;**
- **Riscos de perda de competitividade na lucratividade na produção de grãos em função da infraestrutura de transporte e logística no Paraná, o Custo Paraná. Nos próximos anos, a produção de grãos do Arco Norte terá redução no custo de transporte da ordem de 35%;**

- **Muitos produtos do agronegócio paranaense tem perda de competitividade em função da política tributária praticada pelo Governo do Estado do Paraná.**

3.2 ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

AUMENTAR A PRODUTIVIDADE NAS PROPRIEDADES RURAIS PARA SEREM MAIS COMPETITIVAS, AGREGAR MAIOR VALOR À PRODUÇÃO PARANAENSE E MELHORAR O PADRÃO DE VIDA DO PRODUTOR RURAL COM MAIOR CAPACITAÇÃO GERENCIAL.

- Intensificar e ampliar a capacitação técnica e gerencial do produtor rural;
- O produtor rural deve ter planejamento de curto e médio prazos para enfrentar os novos tempos do agronegócio;
- Diversificar, quando possível, as atividades agropecuárias na propriedade;
- Incorporar novas tecnologias e assistência técnica qualificada, sem a qual não se produz com qualidade e menor custo;
- Utilizar equipamentos adequados nos diversos sistemas de produção, em função da escassez da mão de obra;
- Elaborar projetos para novos investimentos com apoio de financiamentos adequados.

3.3 DIFERENCIAIS DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

Apesar das limitações, o agronegócio do Paraná conta com diferenciais que propiciam maiores vantagens competitivas e locacionais como:

- *A base de produção do agronegócio no Paraná é diversificada em função do clima, solo, relevo e tamanho das propriedades.*
- *As atividades agroindustriais, em grande parte, ainda são de primeiro beneficiamento. Existe amplo espaço para agregação de valor em todas as cadeias produtivas.*
- *Os produtores rurais paranaenses em grande parte são agropecuaristas, utilizam técnicas de plantio direto e de integração lavoura-pecuária. Na nova etapa do agronegócio do Paraná, os produtores rurais terão que passar por nova fase de capacitação técnica para utilizarem novas tecnologias de produção e serem mais competitivos em função da escassez de mão de obra, do tamanho das propriedades e da limitação de áreas agricultáveis.*
- *Os produtores de grãos, carnes e de outros produtos provenientes de cadeias produtivas estruturadas e não estruturadas tem conhecimento sobre segurança alimentar.*
- *A sanidade agropecuária no Paraná é um grande diferencial. Os produtores rurais conduzem o processo sanitário nas propriedades, capitalizaram o FUNDEPEC para se proteger de eventuais riscos sanitários e os Conselhos de Sanidade Animal – CSA´s – difundem a necessidade de melhor conduzir o processo, sugerindo ações para aprimorar a sanidade nos municípios ou*

regiões do Paraná. A ADAPAR opera de forma eficiente e pode-se tornar aliada importante na promoção das exportações de produtos agroindustriais paranaenses e também para o mercado interno.

- *O sistema cooperativo é forte e presente em várias cadeias produtivas como fornecedor de insumos, prestador de serviços de armazenagem e agroindustrialização.*
- *Garantia de suprimento de energia elétrica a preços diferenciados para a produção agropecuária é um adicional para aumento da competitividade no Paraná.*
- *O trabalho realizado pelas organizações dos produtores como o SENAR e SESCOOP na capacitação do produtor rural, propiciou resultados excelentes nos últimos anos, permitindo elevar substancialmente a produtividade da mão de obra rural.*

➤ **VANTAGENS COMPETITIVAS EM RELAÇÃO A OUTROS ESTADOS**

- *A base produtiva do agronegócio e da agroindústria agrega valor em todas as cadeias produtivas;*
- *A sanidade agropecuária é levada a sério;*
- *Produtor rural participa de treinamentos para obter melhor capacitação técnica;*
- *Cultura do produtor rural paranaense é de associativismo.*

➤ **VANTAGENS LOCACIONAIS**

- *Clima e solo são diferenças para a produção agropecuária diversificada, gerando janelas de mercado em várias cadeias produtivas;*
- *Proximidades com os maiores mercados regionais e nacional, e proximidade com o Porto de Paranaguá;*
- *A infraestrutura com melhorias, pode responder a curto prazo, propiciando maior competitividade ao produtor rural.*

4. II PLANO DIRETOR PARA O AGRONEGÓCIO DO PARANÁ. PERÍODO 2015/2018

4.1 OBJETIVOS

- Aumentar a produtividade da produção agropecuária para ser ainda mais competitiva e assim aumentar a renda do produtor rural;
- Agregar valor e praticar a governança corporativa nas cadeias produtivas do agronegócio do Paraná, mediante um conjunto de ações integradas entre produtores rurais, organizações representativas dos produtores e agroindústrias, sob a coordenação do Governo do Paraná;
- Melhorar o ambiente de negócios e da infraestrutura de transporte e logística do Paraná visando aumentar a competitividade do agronegócio dentro e fora da porteira;
- Propiciar melhores condições de vida ao produtor rural, sua família e colaboradores;
- Identificar novos mercados compradores.

4.2 O PAPEL DA INICIATIVA PRIVADA NO AGRONEGÓCIO

Quem cria riquezas e empregos é a iniciativa privada através de seus investimentos produtivos. Ao governo cabe assegurar as melhores condições possíveis para que a iniciativa privada faça seus investimentos.

Para garantir as condições propícias para que os investimentos se desenvolvam e a sociedade viva em paz e prosperidade cabe ao Estado, a justiça, a segurança pública da nação, educação para garantir uma

mão de obra eficiente, saúde para que essa mão de obra seja produtiva, e as condições de transporte de bens.

Há que se atender também as demandas da população e dos agentes do agronegócio como rodovias, portos, aeroportos e outros que sejam indutores para incentivar a iniciativa privada a investir como: estímulos tributários, assistência técnica, pesquisa e mecanismos de apoio financeiros.

É com esses instrumentos que o Governador tem condições de induzir a iniciativa privada a investir e modernizar o sistema produtivo, além de protegê-los e assegurar condições de desenvolvimento ao agronegócio do Paraná.

Com esses instrumentos afinados e trabalhando em conjunto, com o apoio declarado do Governador e a boa vontade da máquina administrativa estadual, se cria um cenário extremamente favorável para deslançar a agropecuária, especialmente nas pequenas e médias propriedades, que são a maioria no Paraná, e ao mesmo tempo, incentivar a industrialização de produtos da agropecuária.

4.3 O GOVERNO DO PARANÁ COMO FORÇA INDUTORA

Cabe ao governo do Estado induzir o processo de desenvolvimento do estado mediante a criação de ambiente de negócios, criar estímulos para ampliação das atividades produtivas e atração de novos investimentos e, de outro lado, disponibilizar a máquina governamental com técnicos capacitados para operar essas transformações.

É de responsabilidade indelegável do governo do estado e federal e segmentos do agronegócio isoladamente ou em Parcerias Público Privadas, adequar a logística de transporte além de proceder melhorias de curto prazo na malha de transporte rodoviária e ferroviária e na infraestrutura portuária.

4.4 MACRO ESTRATÉGIAS PARA ALAVANCAR O AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

O II PLANO DIRETOR DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ está apoiado na operacionalização dos 3 eixos estratégicos com ações específicas, porém integradas, englobando o Governo do Paraná, organizações dos produtores e o produtor rural.

PROPICIAR MAIORES E MELHORES CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE AO PRODUTOR RURAL

Para produzir commodities, produtos alimentícios e insumos para a agroindústria competindo com produtores de outros estados e países, atendendo as normas de segurança alimentar é necessário:

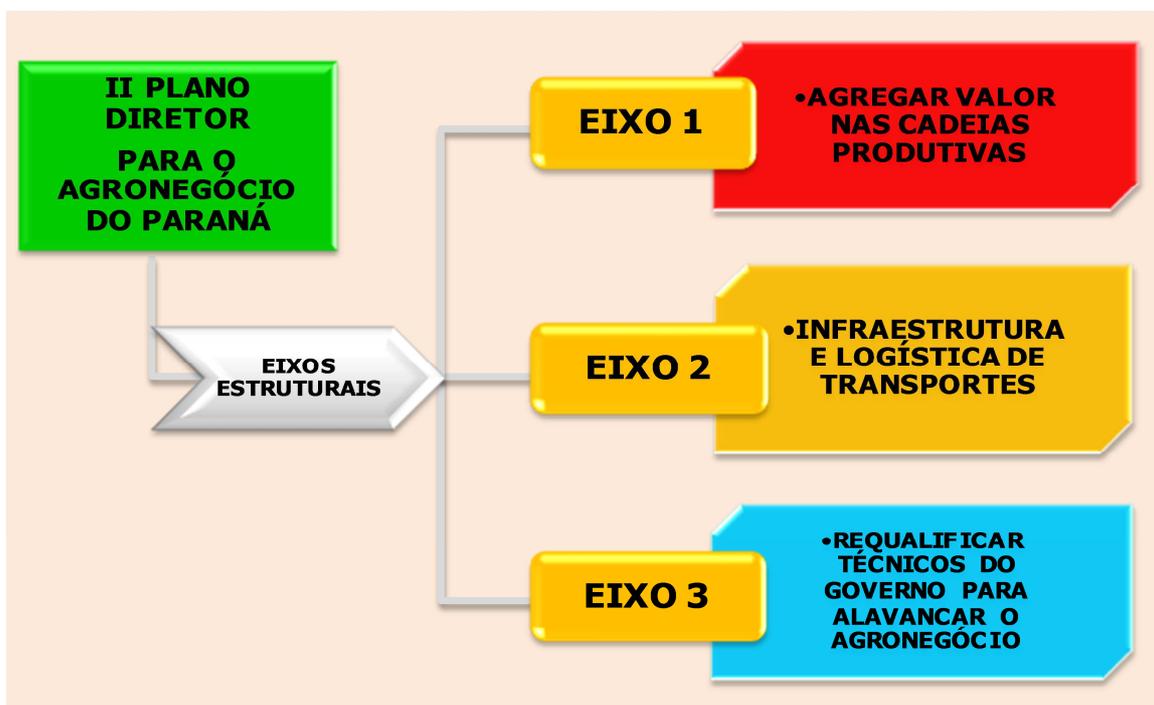
- Ampliar e intensificar a capacitação técnica e gerencial dos produtores rurais. Caberá ao SENAR/PR, SESCOOP e SEBRAE conduzir esses trabalhos junto aos produtores rurais;
- Ajustar a política tributária paranaense contida no Regulamento do ICMS para todas as atividades do agronegócio do Paraná, de forma que os tributos estaduais não prejudiquem as condições de competitividade do produtor rural paranaense;
- Redirecionar parte dos recursos financeiros dos órgãos estaduais de apoio a pesquisa para projetos de pesquisa aplicada às atividades do agronegócio do Paraná;
- Implantar o Programa Estadual de Armazenagem em propriedades rurais do Paraná, já apresentado ao Governo do Estado, a partir de estudos conduzidos a pedido da FAEP pela ESALQ-Log;

- Reestruturar os serviços de assistência técnica ao produtor rural, cabendo ao Governo do Estado orientar os trabalhos das empresas privadas e concentrar os trabalhos dos técnicos do governo nas cadeias produtivas não estruturadas.

➤ **IMPLANTAR OS EIXOS ESTRUTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ**

Para acelerar o desenvolvimento do agronegócio do Paraná é necessário, dentro do atual quadro de complexidade desse segmento da economia paranaense, estruturar e implantar projetos integrados com ações do Governo do Paraná e da iniciativa privada, detalhados no item 4.5 e composto de 3 eixos estruturantes de trabalho, apresentado na figura 4.1.

FIGURA 4.1 – EIXOS ESTRUTURAIS DO II PLANO DIRETOR DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ



➤ **MELHORAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS PARA O AGRONEGÓCIO E A AGROINDÚSTRIA**

A iniciativa privada requer os melhores ambientes para implantar ou expandir seus investimentos, dado que os estados com forte presença no agronegócio, buscam atrair novos investimentos disponibilizando estímulos para desenvolver a agropecuária em seus territórios.

Nesse sentido, é necessário para melhorar o ambiente de negócios do agronegócio do Paraná atuar em conjunto objetivando:

- **Assegurar segurança no campo para que o produtor rural possa produzir com paz e tranquilidade;**

No momento atual três problemas estão gerando a insegurança jurídica no campo: terras indígenas, quilombolas e regularização das propriedades na faixa de fronteira.

Terras Indígenas

A Constituição Federal em seu art. 231 reconhece os “direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-los, protege-los e fazer respeitar todos os seus bens”.

Ocorre que o Governo Federal através da FUNAI não respeita a Constituição e demarca áreas que há décadas não são ocupadas pelos índios, mas que são ocupados por produtores rurais. Este fato ocorre na região Oeste, principalmente nos municípios de Guaíra e Terra Roxa, onde a FUNAI importou índios do Mato Grosso do Sul e do Paraguai para estabelecer fato consumado.

A reivindicação é para o Governo do Estado gestionar junto ao Governo Federal para colocar ordem nas ações da FUNAI que se abstenha de tentar expropriar terras de posse dos produtores rurais para novos assentamentos indígenas. Agindo dessa forma, o Governo do Paraná estará defendendo o produtor rural.

Quilombolas

O problema dos quilombolas é semelhante. O art. 68 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal estabeleceu que aos remanescentes das comunidades dos quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva.

A Fundação Palmares que representa pretensos quilombolas, emite pareceres para demarcação de áreas que há décadas são ocupadas por produtores rurais. No Paraná existem vários casos, e a demanda ao Governo do Estado é a de solicitar ao Governo Federal que se faça respeitar a Constituição e não mais aceite pareceres de uma Fundação não isenta.

Regularização de Propriedades na Faixa de Fronteira

Os títulos de propriedades situadas na faixa de fronteira – 150 quilômetros a partir da linha de fronteira do Brasil com países limítrofes – são considerados irregulares e, em consequência, nulos, o que deixa milhares de produtores rurais em situação de insegurança jurídica. Trata-se de um problema que se arrasta por décadas sem uma solução completa.

O Governo Federal foi autorizado a legalizar tais títulos pela lei nº4.947/66 e decreto-lei nº1.414/75, através de suas ratificações, desde que a iniciativa partisse dos proprietários.

Durante vários anos o procedimento de regularização ficou paralisado, até que o Governo Federal retomou a questão em 1999, fixando as condições para regularização na lei nº 9.871/99, dando prazo para que os proprietários se habilitassem. Depois de várias postergações, o prazo final para que os proprietários requeressem a ratificação foi fixado em 31 de dezembro de 2003.

Contudo, os procedimentos necessários por parte do INCRA não foram realizados, o que significa que, até agora, a situação permanece.

O INCRA desconhece inclusive o número de propriedades a serem regularizadas, ao longo de toda a fronteira do Brasil.

Tramita no Congresso Nacional projeto de lei que visa corrigir esta situação anômala e indesejável, estabelecendo o prazo de 2 anos, contados do protocolo do requerimento do detentor da posse, para que a União se manifeste sobre a pretensão, sob pena de imediata ratificação por ofício.

Não há outra forma de resolver este grave problema fundiário que, por incapacidade burocrática, lança milhares de produtores rurais numa situação de limbo fundiário no qual as negociações e sucessões ficam prejudicadas.

Além desses entraves que prejudicam o ambiente de negócios é necessário que o Governo do Paraná atue fortemente para:

- **Requalificar os técnicos do Governo do Estado para apoiar o desenvolvimento do agronegócio e da agroindústria paranaense;**
- **Dar condições à Agência Paraná Desenvolvimento para atrair e apoiar novos projetos estratégicos e inovadores para o agronegócio do Paraná;**
- **Rever o Programa Paraná Competitivo para fomentar a agroindústria do Paraná de forma diferenciada, sempre objetivando ampliar a competitividade desse segmento;**
- **Estruturar Programas de Desenvolvimento Regional para as cadeias produtivas que possuam aptidões e vantagens locais em diferentes regiões do estado;**
- **Desenvolver programas especiais para o desenvolvimento das cadeias produtivas, priorizando aquelas ainda não estruturadas.**

4.5 EIXOS ESTRUTURAIS PARA DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

Os três eixos estruturais sugeridos no II Plano Diretor para acelerar o desenvolvimento do agronegócio do Paraná objetivam:

E1

AGREGAR VALOR AOS PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO, GERAR E MELHOR DISTRIBUIR A RENDA AO PRODUTOR RURAL.

E2

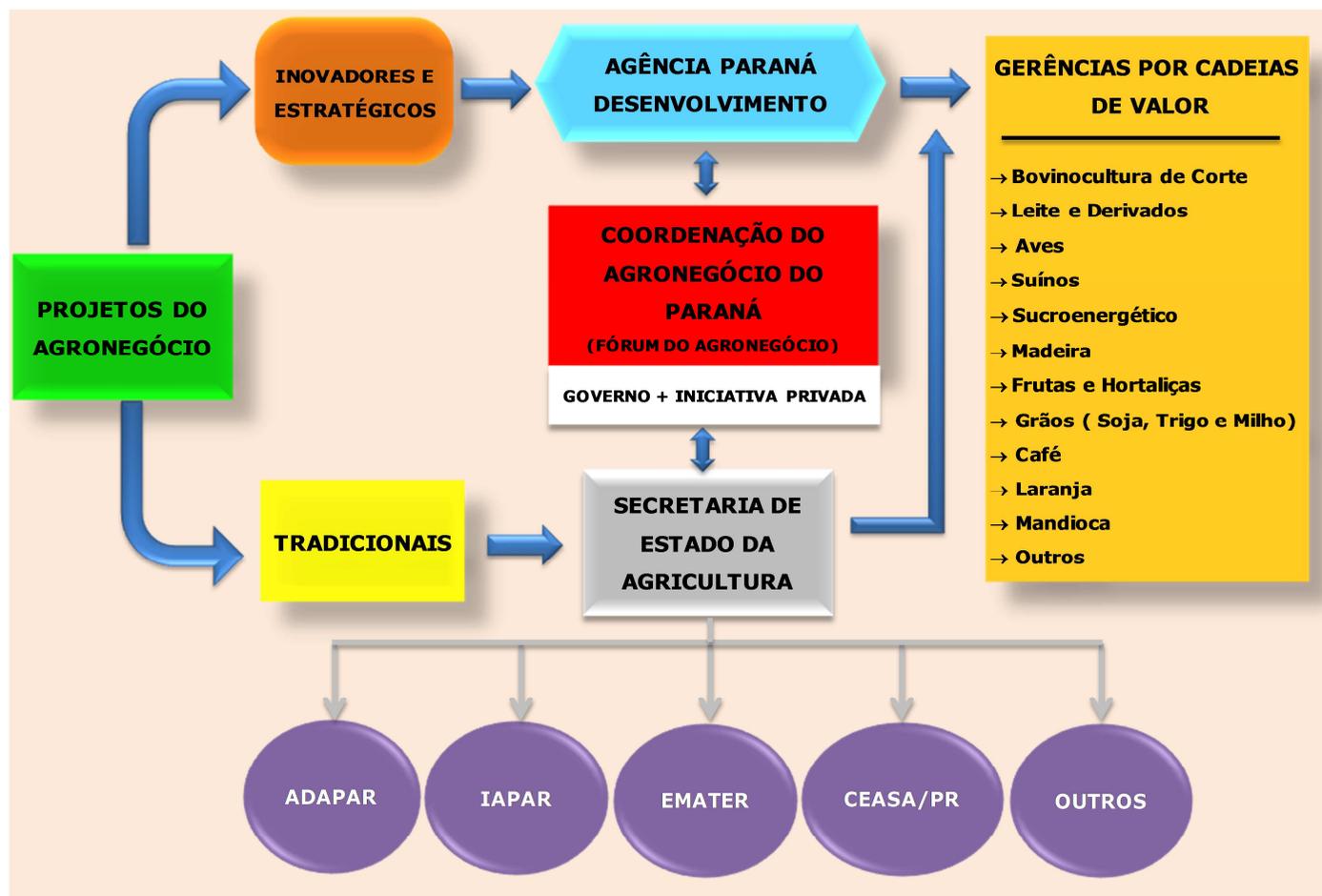
MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO PARA DAR MELHORES CONDIÇÕES DE COMPETITIVIDADE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ.

E3

REATIVAR O AMBIENTE DE NEGÓCIOS MEDIANTE A CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS DO GOVERNO PARA TRABALHAR COM O AGRONEGÓCIO PARANAENSE.

O detalhamento dos eixos está apresentado a seguir:

EIXO 1: IMPLANTAR PROJETOS DE INVESTIMENTOS NAS CADEIAS DE VALOR DO AGRONEGÓCIO



PROJETOS INOVADORES E ESTRATÉGICOS

O investimento de uma unidade de produção que utilize matéria-prima da agropecuária ou uma oportunidade de comércio para um produto que o Paraná produz, a demanda empresarial deve ser iniciada na Agência Paraná Desenvolvimento, que analisa o pedido da empresa e monta um esboço de projeto para verificar o que vai ser necessário para viabilizar o empreendimento como: local de instalação, licenças ambientais, incentivos fiscais, apoio tecnológico e matéria-prima.

O problema da matéria-prima agropecuária, a Agência Paraná Desenvolvimento vai negociar em conjunto com o grupo investidor e a Coordenação do Agronegócio, que é uma organização informal, sustentada por vontade dos organismos conveniados que se propõem a trabalhar em conjunto para resolver problemas do agronegócio, como: EMATER, IAPAR, SENAR, SEBRAE, BANCO DO BRASIL, UNIVERSIDADES, SESCOOP e outros, mas que possui uma governança centrada em um executivo, que tanto pode ser público ou da iniciativa privada, com a participação de dois outros, em sistema de rodízio.

De posse da demanda empresarial, a governança da Coordenação do Agronegócio reunirá os representantes de cada Cadeia Produtiva para propor um projeto, que deve iniciar pelo agente mais próximo do problema, em geral a EMATER.

A EMATER faz um esboço do projeto e submete aos demais agentes para ter um projeto definitivo, em que cada um deles será responsável por uma parte das ações: a EMATER faz o diagnóstico em função da demanda e, mais tarde, se encarregará da articulação da extensão junto aos produtores. O SENAR se encarrega do treinamento dos produtores, o SEBRAE do esquema de comercialização, o Banco do Brasil ou a Agência de Fomento do financiamento aos produtores, o IAPAR ou a EMBRAPA da escolha da

melhor tecnologia que repassará à EMATER e ao SENAR para fazer chegar ao produtor.

A Coordenação do Agronegócio e a Agência de Desenvolvimento levam aos diversos órgãos do governo as necessidades para o sucesso do projeto, exemplo: à Secretaria de Logística a demanda por trechos rodoviários para facilitar o escoamento da produção para chegar à fábrica, à Secretaria da Agricultura a ação das patrulhas de melhoria das estradas vicinais; à Secretaria do Meio Ambiente as licenças no meio rural e assim por diante.

A Agência Paraná Desenvolvimento vai cuidar das demandas da fábrica – terreno, acessos, licenças etc, funcionando em sintonia com a Coordenação do Agronegócio.

PROJETOS TRADICIONAIS

A demanda nasce de uma necessidade de desenvolver determinada área ou determinada cadeia produtiva. Neste caso, a demanda começa no rural – na Secretaria da Agricultura, na própria EMATER num pedido do prefeito ou prefeitos, de um Sindicato Rural ou da FAEP pelas suas Comissões Técnicas ou de uma cooperativa.

Desta forma, a governança reúne os agentes e propõe um projeto que chega até o ponto final em que há necessidade de um esquema industrial ou comercial.

Neste momento, incorpora-se a Agência Paraná de Desenvolvimento que vai procurar uma empresa que possa industrializar o produto da cadeia, ou um comércio que dê vazão ao produto.

- Além do processo de dupla entrada de projetos, a Agência Paraná Desenvolvimento exercerá o gerenciamento e acompanhamento de todos os projetos do agronegócio por Cadeias Produtivas de valor.

- Os gerentes das cadeias de valor serão profissionais competentes com experiência em trabalhos no agronegócio, contratados com recursos provenientes do Tesouro do Estado, COPEL, Agência de Fomento do Paraná, IBQP e da iniciativa privada.

- A Coordenação do Agronegócio do Paraná terá representantes do Governo do Estado e da iniciativa privada com o objetivo principal de:
 - i) Viabilizar a implantação de projetos inovadores, estratégicos e tradicionais para o desenvolvimento do agronegócio;**

 - ii) Conduzir a governança corporativa nas cadeias produtivas na medida em que algum entrave obstaculize as ações entre os seus participantes (elos);**

 - iii) As Comissões Técnicas da FAEP poderão auxiliar no processo de governança das Cadeias Produtivas e solicitar arbitramento no sentido de que não haja perda de renda ao produtor rural.**

4.6 AÇÕES SETORIAIS NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO

4.6.1 RESPONSABILIDADE DO GOVERNO DO PARANÁ

➤ SANIDADE AGROPECUÁRIA

A ADAPAR instituída por solicitação da FAEP no I PLANO DIRETOR DO AGRONEGÓCIO de 2010 deverá:

- Dar continuidade aos trabalhos de preservação da sanidade agropecuária de forma a se tornar um diferencial para os produtos agropecuários do Paraná.
- Intensificar seus trabalhos, aglutinando agroindústrias e trabalhar em conjunto para ganhar novos mercados para produtos paranaenses nos mercados interno e externo.
- A ADAPAR deverá ampliar o apoio aos CSA's intensificando a responsabilidade pública e privada para garantir a sanidade agropecuária.

➤ PESQUISA APLICADA

Principal instituição de pesquisa do Estado, o IAPAR, vinculado a Secretaria de Estado da Agricultura, vem ao longo dos anos reduzindo seu desempenho na geração e transferência de tecnologias, no que pese seu histórico de vital importância para o desenvolvimento agropecuário do Paraná. Tal situação é consequência da constante redução de recursos humanos e financeiros.

Propõe-se para sua revitalização, a recomposição dos quadros técnicos e maior participação na divisão dos recursos do Fundo Paraná, hoje destinada apenas para Unidade Gestora do Fundo (50%) a Fundação Araucária (30%) e o TECPAR (20%). Pela importância do agronegócio na formação do próprio fundo, propõe-se uma participação das 4 beneficiárias em 30%, 30%, 20% e 20%, respectivamente.

Por outro lado, a gestão do IAPAR deverá ser inteiramente direcionada para o trabalho integrado com o setor produtivo, particularmente ligado à pesquisa aplicada e transferência de tecnologias hoje nas prateleiras dos mais variados centros de pesquisas públicas e privadas.

O IAPAR deverá buscar a aproximação com o setor produtivo e com as instituições de pesquisa das universidades, EMBRAPA, Fundação ABC entre outras, no sentido de direcionar as pesquisas agropecuárias para as necessidades do agronegócio, utilizando mecanismos como o Fundo Paraná e Lei da Inovação, entre outros.

➤ **ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGROPECUÁRIA**

É de responsabilidade da EMATER, coordenar e participar da regulamentação da Lei estadual de Assistência Técnica Rural - ATER - nº 17447 de 27/12/12.

Atuar inicialmente e em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura na construção do Plano de Desenvolvimento Rural do Estado;

Preparar grupo técnico de alto nível na EMATER para a articulação e a construção dos planos de ATER, vinculados aos planos de

desenvolvimento nas diversas regiões do estado e com enfoque nas cadeias produtivas;

Articular com entidades públicas e privadas a construção do Plano Estadual de ATER;

Coordenar o plano a fim de que venha a ter suas necessidades atendidas com competência;

Criar mecanismos próprios de cadastramento de entidades de ATER no Estado;

Coordenar a construção de editais de contratação de empresas e organizações de ATER, obrigatoriamente quando os recursos forem de origem pública. É o caso da ANATER;

Articular junto aos órgãos governamentais a publicação e posterior contratação das entidades de ATER;

Coordenar e monitorar as ações das organizações contratadas.

Para tal Deverá:

Manter estrutura mínima física e humana, necessária e permanente com ação exclusiva para atender as demandas do setor, em todas as regiões do Estado;

Efetuar parcerias com entidades que possam fazer sua complementaridade;

Fomentar, dependendo da necessidade nas mesorregiões, a criação de entidades de ATER;

Exigir a formação e qualificação adequada de seus membros, bem como a responsabilidade técnica de suas ações;

Acompanhar e encaminhar as demandas do campo. Para a Coordenação do Agronegócio do Paraná;

Implementar projeto de residência agrônômica.

➤ **COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS E HORTALIÇAS**

Para garantir o suprimento de frutas, legumes e verduras, a partir da década de 70, o Governo Federal passou a implantar Centrais de Abastecimentos – CEASAS nos principais centros urbanos do país, destinadas à comercialização de produtos hortigranjeiros, pescados e outros perecíveis

Passados mais de 40 anos não houve obras de modernização nas Centrais, e a expansão ocorrida não contou com o necessário planejamento.

Na CEASA-PR o volume de comercialização cresceu 8 vezes no período, passando de 127,2 mil toneladas em 1976 para 1,02 milhão de toneladas em 2013, o que contribuiu para acentuar o desgaste físico das instalações.

Agravada pela desatualização tecnológica e operacional, a situação acarretou o aumento dos custos operacionais e queda da qualidade dos serviços prestados.

A evolução do mercado consumidor com suas novas exigências requer a modernização da infraestrutura e gestão da CEASA-PR compatível com um novo modelo que ofereça segurança alimentar, maior eficiência logística, maior conforto para os agentes de mercado, manutenção da qualidade, diminuição de perdas e menor custo operacional para os operadores.

Uma nova estrutura moderna de comercialização virá a solucionar um dos principais gargalos para o avanço da Cadeia Produtiva de Frutas e Hortaliças no Paraná.

Pesquisa encomendada pelo Sistema FAEP em 2013 com objetivo de conhecer como é realizado o abastecimento de frutas e hortaliças no

Estado apontou a importância da CEASA-PR no abastecimento, demonstrando que mais de 70% dos compradores entrevistados adquirem produtos diretamente nas Centrais.

Também identificou a oportunidade para a produção de frutas e hortaliças já que mais de 50% são adquiridos em outros estados, principalmente São Paulo.

Esses dados reforçam a importância estratégica da CEASA-PR e a oportunidade de inserção do setor produtivo paranaense no processo de abastecimento do mercado.

Esse cenário reforça a importância dos estudos e negociações que estão sendo conduzidos no Estado com objetivo de implantar as novas unidades da CEASA-PR, necessárias, não só para acolher o aumento significativo de produtos que circulem nas regiões do estado, como para servir de referência para melhoria dos produtos hortifrutigranjeiros e sua sanidade, fator importante para a saúde pública.

Todavia é fundamental estruturar a Cadeia Produtiva de Frutas e Hortaliças no Paraná integrando produtores às CEASAS e aprimorando os canais de comercialização existentes.

➤ **MEIO AMBIENTE**

O Novo Código Florestal Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 estabeleceu novo marco na legislação ambiental. O novo texto legal foi resultado de intenso e democrático debate. Diante disso, o raciocínio imediato é o da revogação de todos os dispositivos que estiverem em desacordo com a Lei aprovada. A legislação estadual contrária à temática constante da lei federal 12.651/2012 e estará revogada, conforme o art. 24, § 4º, da Constituição Federal, naquilo que for contrária à lei federal e terá a sua eficácia suspensa.

Nesse caso, grande parte da legislação estadual deverá ser revista imediatamente.

Com o novo Código Florestal, foi estabelecido que o Cadastro Ambiental Rural - CAR e o Programa de Regularização Ambiental - PRA, criados pela Lei 12.651/2012, seriam a base legal para as intervenções no meio ambiente. Somente no Paraná há 532.840 imóveis rurais que terão o prazo de um ano para fazer o CAR.

A tarefa dos órgãos ambientais ou ligados diretamente ou indiretamente aos produtores rurais é de viabilizar o CAR e preparar a implantação do PRA em conjunto com as entidades representativas dos produtores rurais.

➤ **POLÍTICA AGRÍCOLA**

Estudo da MBAGRO custeado pela FAEP e cinco instituições parceiras mostrou, em 2012 que as grandes instabilidades decorrentes de fatores inerentes à produção agrícola e as transformações da macroeconomia no país e no exterior geram custos consideráveis para o sucesso da agricultura.

A combinação dos riscos (de produção, mercado e financeiro) faz da agricultura um setor sujeito a grandes oscilações de renda. Por constituir um elo básico na estrutura de produção do país, o efeito multiplicador decorrente dos problemas enfrentados na agricultura se espalha por todos os demais setores da economia, afetando o bem-estar de toda a sociedade.

O governo estadual ampliou em 2014 para 29 atividades/culturas no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, que até então contemplava apenas o trigo. O programa viabiliza a contratação do seguro rural pelo produtor rural. O Paraná representa 1/3 dos contratos de seguro rural no Brasil, mas não possui outros programas de gestão de risco.

Criar Programa de apoio ao produtor na aquisição de Contrato de Opção atrelado ao Financiamento do Custeio Agropecuário:

trata-se de mecanismos de garantia de preços, por meio de contratos de opções, dos principais produtos agropecuários (commodities) operacionalizados na BM&F Bovespa. Os beneficiários seriam produtores rurais, diretamente ou por meio de suas cooperativas e associações, que conduzam o empreendimento agropecuário no território paranaense.

4.6.2 RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL

O Governo do Estado deve atuar eficazmente para recompor sua base de apoio parlamentar e política junto ao Governo Federal, no apoio a projetos para alavancar o desenvolvimento do Paraná e influenciar nas decisões de política agropecuária em favor do produtor paranaense como:

➤ CRÉDITO RURAL

O crédito rural, em condições adequadas de juros e prazo de pagamento é fundamental para a viabilização da agricultura. No modelo atual, a burocracia e custos cartoriais e bancários no acesso ao crédito precisam ser eliminados, sendo necessária a ampliação da modalidade de crédito rural rotativo e automático.

➤ SEGURO RURAL

O Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma minuciosa auditoria sobre o funcionamento do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) identificou problemas como: publicação intempestiva das regras em relação ao período de plantio;

contingenciamento e atrasos dos repasses de subvenção; sistema de distribuição da subvenção que limita a concorrência entre seguradoras; deficiências nos controles internos e monitoramento de impactos da política; ausência de um fundo garantidor de perda catastrófica eficiente.

Ao governo federal cabe cumprir as leis e dar previsibilidade e estabilidade ao programa de seguro rural, por meio do estabelecimento de política de longo prazo com a garantia de aplicação dos recursos estimados no Plano Trienal e de um cronograma de liberação de recursos considerando o calendário agrícola.

É importante aperfeiçoar os sistemas de programa computacionais do Programa de Subvenção de Seguro Rural, com objetivo de melhorar o fluxo de informações entre as seguradoras e a SEAB/PR; e garantir recursos nesse programa estadual crescentes a cada ano para assegurar a subvenção complementar do governo federal. Em 2014, esse programa utilizará mais de R\$ 7 milhões, sendo necessária a sua ampliação nos próximos anos.

O governo de São Paulo, por exemplo, além de apoiar o seguro, criou outro programa de subvenção ao prêmio de contratos de opção. Esses mecanismos de proteção de produção e de preço têm alto custo de aquisição para o produtor, considerando os riscos envolvidos e características como alta volatilidade de preços e possibilidade de catástrofes climáticas.

➤ **PROGRAMA DE GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA - PROAGRO**

O Proagro é efetivamente gerenciado por três ministérios: MAPA, MDA e Fazenda, os quais conforme auditoria do TCU, não articulam

as ações entre si. Há problemas de toda ordem, seja de regras que precisam ser atualizadas no amparo aos produtores ou na demora de meses ou anos nas análises de processos administrativos de produtores que recorrem a Comissão Especial de Recursos (CER-Proagro). É preciso melhorar a gestão do programa em todas as suas dimensões.

➤ **ZONEAMENTO AGRÍCOLA**

O Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) é um instrumento de política agrícola fundamental para os produtores objetivando prevenir o risco climático, indicando a época de plantio adequada para determinados tipos de cultivares e solo. O ZARC é necessário para as contratações de crédito, Proagro e seguro rural. Faz dois anos que não se fazem novas pesquisas, necessárias para acompanhar a evolução e o lançamento de novas cultivares. Necessário manter a pesquisa que garanta a constante atualização das portarias do zoneamento e credenciar empresas contratadas para essa finalidade.

➤ **POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)**

O processo decisório do governo para atuar com a PGPM é notoriamente demorado e depende de decisões interministeriais em que geralmente o Ministério da Fazenda tem o poder da decisão final.

Esse descompasso entre a burocracia interministerial e a realidade do campo acarreta prejuízos aos produtores. É necessário que o governo divulgue com pelo menos 60 dias de antecedência ao plantio da safra qual será a política de preços mínimos, os recursos disponíveis, a definição de preços mínimos que reflitam os custos de produção e que monitore o mercado, atuando oportunamente com os instrumentos da PGPM.

4.6.3 RESPONSABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DOS PRODUTORES

A capacitação técnica e gerencial do produtor rural e seus colaboradores são de responsabilidade das organizações dos produtores. As ações são conduzidas por essas organizações para capacitação a curto, médio e longo prazos do produtor rural.

No curto prazo

A carência em quantidade e qualidade, implica na necessidade de ações intensivas de capacitação em formato de treinamentos de curta duração, dando continuidade a ações como as já desenvolvidas pelo SENAR e outros órgãos como SEBRAE, SESCOOP, SENAI e SENAC.

Alinhar as demandas de treinamento às principais cadeias produtivas, definir prioridades específicas para projetos aos produtores rurais. Tais treinamentos deverão receber suporte de assistência técnica, como forma de garantir ganhos contínuos e progressivos.

Ao estado caberá disponibilizar especialistas que deem suporte via extensão universitária à ampliação e qualificação do quadro de multiplicadores, ou seja, instrutores que atuam junto aos produtores.

Para médio e longo prazo

A demanda de mão de obra caminha para um perfil de qualidade e, para tal, há uma indiscutível exigência de processos de formação continuada e de maior solidez.

Tal processo significa uma retomada a qualificação a partir do ensino fundamental, isto é premissa, passando por um ensino profissionalizante focado nas demandas específicas das cadeias produtivas e ensino de graduação mais qualificado voltado para os conceitos de competitividade, visão empreendedora, conhecimento e gestão;

- Incentivar as instituições de ensino para o produtor rural, no estabelecimento de foco e vínculo com as cadeias produtivas;
- Vincular incentivos às instituições de ensino, universidades e escolas agrícolas com base em mérito / resultado. O Governo do Paraná poderá ceder as instalações dos Colégios Agrícolas como base física para capacitação da mão de obra rural;
- Apoiar ações conjuntas entre instituições de ensino, escolas agrícolas, faculdades e instituições de treinamento a buscar o vínculo entre o aluno e o potencial cliente empregador, objetivando atender os interesses de melhor capacitação técnica.

EIXO 2 : INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO

O grande volume de cargas que transitam por nossas rodovias e ferrovias tem origem no agronegócio, principalmente grãos, carnes, açúcar e fertilizantes. Embora a malha rodoviária paranaense seja razoável, não atende mais à crescente demanda, existindo graves gargalos que precisam ser eliminados, tanto no modal rodoviário quanto no ferroviário.

Com essa preocupação, a FAEP relacionou adiante alguns investimentos factíveis no curto prazo, separando esses investimentos quanto aos fluxos de mercadorias que se destinam ao mercado interno, agroindustrialização, e ao mercado externo, exportações.

MODAIS DE TRANSPORTES

Para fazer uma avaliação ampla e detalhada das condições da infraestrutura disponível no Estado do Paraná, foi contratada a consultoria da EsalqLog, braço de estudos logísticos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, que elaborou amplo estudo sobre a armazenagem, rodovias, ferrovias e o porto de Paranaguá, denominado Projeto Benin. Esse estudo, inédito no Brasil, apresenta conclusões com nível de detalhamento de custos e dos gargalos existentes, apontando que em grande parte deles as soluções são factíveis a curto prazo.

1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

➤ **ANEL DE INTEGRAÇÃO**

A duplicação do Anel de Integração, por onde transita a maior parte da produção paranaense, é uma providência urgente. As vias não duplicadas não suportem o grande aumento do tráfego, ocasionando prejuízos para o agronegócio e um grande número de acidentes.

A FAEP é favorável a uma solução rápida para a duplicação do Anel, com a redução dos preços de pedágio e início imediato das obras, mesmo que isto signifique a prorrogação dos contratos de concessão.

A economia paranaense não pode esperar mais nove anos para que os contratos sejam encerrados, haja nova licitação e a partir de então todas as obras necessárias sejam realizadas. Com os diversos aditamentos, alterando os contratos originais, as obras de duplicação foram reduzidas pela metade e postergadas para o final da concessão em 2022.

➤ **RODOVIAS FEDERAIS**

Existem rodovias federais, que atravessam o Paraná, como a Estrada Boiadeira, a Transbrasiliana e a Panamericana que até hoje não foram concluídas nos trechos que percorrem o Paraná. Tais rodovias são importantes para o escoamento de produtos e bens industrializados do Paraná com destino ao mercado interno. A conclusão do asfaltamento dos trechos mencionados depende de uma ação política do Paraná junto ao Governo Federal.

➤ **RODOVIAS INTER-REGIONAIS**

Vários trechos rodoviários estaduais que interligam regiões ou municípios são importantes para o desenvolvimento econômico do Estado.

➤ **RODOVIAS VICINAIS**

O governo do estado já possui um programa de patrulhas rodoviárias para conservação de estradas vicinais. Contudo, o esforço ainda é precário em razão da grande malha existente e que precisa ser modernizada e constantemente passar por manutenção. O que propomos é o reforço do programa existente para atingir com maior rapidez todos os municípios do estado, em ações conjuntas do Estado, municípios e usuários sem que haja desperdício de recursos.

2. TRANSPORTE FERROVIÁRIO

A construção da ferrovia de bitola larga entre Maracaju (Mato Grosso do Sul) e Paranaguá deverá ser realizada daqui a alguns anos. Ela se constitui em uma via de escoamento vital para o Oeste e Sudoeste do estado.

Enquanto não há uma solução para a sua construção, a FAEP considera que a modernização de alguns trechos da atual ferrovia, em bitola métrica, seria uma solução para os próximos anos. Os dois maiores gargalos são os trechos entre Guarapuava e Engenheiro Bley que precisa ser modernizado, evitando curvas e declives acentuados, que reduzem a velocidade e o tamanho das composições.

O outro gargalo é o trecho da serra do Mar, entre Curitiba e Morretes que precisa de reforço e da construção de desvios para permitir que mais composições possam trafegar diariamente.

Essas obras e mais outros trechos problemáticos, dependem de investimentos federais, já que a ferrovia pertence à União e está concessionada a um grupo particular.

3. PORTOS

Como os portos de Paranaguá e Antonina pertencem à União, os investimentos para modernização dependem de recursos federais. Atualmente, em razão da nova Lei dos Portos, o Governo Federal está providenciando leilão para a concessão de suas instalações.

Há cerca de 30 anos não são feitos investimentos para modernizar e ampliar o porto de Paranaguá. Em 1993 o porto movimentou, entre exportações e importações, cerca de 14 milhões de toneladas; em 2013, ou seja, 20 anos passados, essa movimentação foi de 46,5 milhões de toneladas, praticamente triplicando essa movimentação e chegando ao limite da capacidade do porto.

Em 2012 a gestão portuária, em cumprimento às normas estabelecidas pela ANTAQ e SEP, desenvolveu em conjunto com toda a comunidade portuária o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado – PDZPO. Esse Plano foi aprovado em todas as instancias estadual e federal e está para ser executado.

Nesse Plano estão arrolados todos os investimentos necessários e previstos a médio e longo prazos, proporcionando melhorias para atendimento de crescimento da movimentação de cargas pelos próximos 20 anos. Esses investimentos deverão ser realizados em parcerias com a iniciativa privada e preveem o aproveitamento de todas as áreas denominadas de “green fields” ou seja, áreas disponíveis para novos investimentos no porto.

São 16 áreas novas cujos pré-projetos já foram elaborados pela iniciativa privada e entregues à APPA que por sua vez encaminhou à ANTAQ e SEP para a elaboração dos respectivos editais de licitação.

Há uma certeza entre a administração portuária, os operadores e os usuários dessas estruturas de que, caso não sejam realizados os investimentos necessários no mais curto prazo possível, e esse prazo não deverá ser inferior a três anos para trazer melhorias significativas, haverá um estrangulamento na movimentação de mercadorias no porto, prejudicando gravemente a economia brasileira em especial a do Paraná.

4. ARMAZENAGEM

➤ DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO ESTADUAL

Programa Estadual de Armazenagem em Propriedades Rurais

Em 2013 a FAEP desenvolveu um estudo para viabilizar investimentos em armazéns em nível de propriedade rural a partir de 1.800 até 5.150 sacas de capacidade por safra do armazém. Já existe um programa federal de financiamento, mas esta com o governo do estado a decisão de melhorar o programa com a concessão de incentivos fiscais às indústrias fabricantes de silos e equipamentos para redução dos preços para o produtor rural.

5. TELECOMUNICAÇÕES RURAIS

➤ **DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO ESTADUAL**

Plano Estratégico de Telecomunicações para a Área Rural do Paraná

Em 2012, a FAEP contratou a consultora Rumos Áureos Telecomunicações Ltda. para desenvolver um diagnóstico das condições da prestação dos serviços de comunicações móveis no meio rural pelas concessionárias. O resultado apontou uma situação precária, necessitando com urgência providências para melhoria da qualidade e aumento da área de cobertura de atendimento. A Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL estabeleceu um cronograma para melhoria da qualidade do serviço de cobertura estendendo-o até 2017, o que nos fará aguardar pelo menos mais três anos para algum ganho de qualidade. E a demanda no meio rural, tanto com a necessidade de ampliação de cobertura de áreas com o serviço de voz na telefonia celular como com o acesso à internet e transmissão de dados, são muito fortes no estado necessitando urgente solução. Nesse trabalho foi apontada uma solução com a participação do governo do estado e a articulação com provedores de internet espalhadas no interior do Paraná, envolvendo a Telecomunicações - Copel, com a utilização de sua malha de fibra ótica, e articulando incentivos e acordos comerciais com os provedores de internet existentes nos municípios, implementando os serviços para atendimento aos domicílios rurais.

Aplicações dos Recursos do FUST – Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicações

Existe um fundo denominado de FUST, gerido pelo Ministério das Telecomunicações com receita originada pela tributação às concessionárias de telecom, com cerca de R\$ 10 bilhões, que não

vem sendo aplicado nas finalidades pelas quais foi criado. Esse Fundo tem o objetivo de reter recursos tributários destinados à expansão do setor de telecomunicações e para programas especiais considerados não viáveis pelas concessionárias e que visam melhorias de atendimento e qualidade. O Plano Estratégico do Paraná, poderia ser beneficiado com repasses desses recursos para a melhoria do serviço de telecomunicações no meio rural do Paraná, dado que 39% dos produtores rurais estão conectados a internet.

6. ENERGIA ELÉTRICA

➤ DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO ESTADUAL

Criar no meio rural, através da Copel, um programa estadual de modernização das linhas de distribuição de energia elétrica, tendo em vista o grande prejuízo que as constantes oscilações do sistema (por linhas obsoletas) têm trazido a algumas atividades pecuárias tais como a avicultura, suinocultura e produção de leite.

EIXO 3: REQUALIFICAR TÉCNICOS GOVERNAMENTAIS

O setor público do Paraná se ressentia da falta de quadros inteligentes que se poderia chamar de “núcleos pensantes”, formado por executivos do setor público e técnicos de alto nível.

É certo que existem funcionários públicos preparados, mas atuando isoladamente e sem resultados. No setor público é preciso contar com “massa crítica” de técnicos, que trabalhe em conjunto, intercambiando ideias, pensando em soluções e elaborando programas e projetos que possam ajudar o desenvolvimento do Estado, com prioridade assegurada pelo Governador do Estado.

Foi assim que o Paraná conseguiu se desenvolver no passado.

Sempre que há reclamações de que o Governo Federal não ajuda o Paraná, a resposta é que o Estado não apresenta projetos. Abstraindo a questão política, presente na atualidade, a afirmativa procede. As prateleiras do Governo do Estado estão vazias há muito tempo. As razões são simples: os governantes não demandam. De um lado porque se mostram centralizadores e não atinam com as funções do setor público. Ou, quando não centralizam, deixam que a máquina crie seus feudos e não funcione harmonicamente.

O resultado disso é que há uma paralisia nas funções estatais que é proporcional o desenvolvimento econômico e social.

A culpa desta situação é generalizada; não seria justo apontar esta ou aquela gestão como responsável por esta paralisia.

Os sucessivos governos deixaram de se interessar pela formação de quadros técnicos e de executivos. A última notícia que se tem onde houve um amplo projeto de treinamento para executivos e técnicos

foi em meados da década de 1970 com o Programa Paranaense de Treinamento de Executivos, o PPTTE.

A prova dessa fragilidade é a grande dificuldade que a recém-criada Agência Paraná Desenvolvimento vem tendo para recrutar técnicos que tenham bom conhecimento da economia, do funcionamento da máquina pública e que possam se relacionar com empresários e investidores locais, nacionais e estrangeiros. Muito menos formular programas e projetos específicos para atrair investimentos.

A mesma dificuldade é percebida nas secretarias de estado, de onde dificilmente sai alguma solução e projetos para nossos problemas.

Para resolver esta situação, o novo governo precisará com urgência criar uma escola para formar executivos e técnicos do setor público para que atuem daqui a alguns anos.

Enquanto não forma quadros, o estado tem que contratar consultorias – pessoas físicas ou jurídicas – que possam, no período inicial, formular propostas para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, incorporar inteligência local como forma de treinamento.

Tal procedimento é para ganhar tempo e acelerar as ações de governo.

Um exemplo de sucesso desde os anos 1970 do que pode ser feito encontra-se em Minas Gerais, com a Fundação João Pinheiro e com o Instituto de Desenvolvimento – INDI, formado pela Cemig e pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG.

No Paraná, o IPARDES pode se ocupar e assumir essa missão que é estratégica para o futuro do agronegócio e da economia paranaense.

5. DEMANDA DAS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO DO PARANÁ

5.1 CADEIAS PRODUTIVAS DE VALOR

Complementarmente ao II PLANO DIRETOR DO AGRONEGÓCIO, foram identificadas e avaliadas as demandas por ações do Governo do Estado e conjuntas com a iniciativa privada, em 12 Cadeias de Valor representativas do agronegócio do Paraná.

Os estudos elaborados (que constam em outro documento) e a identificação das demandas partiram do conceito de Cadeias Produtivas de Valor ESTRUTURADAS e NÃO ESTRUTURADAS.

➤ CADEIAS PRODUTIVAS ESTRUTURADAS

Os produtores agropecuários produzem de forma integrada com a indústria que, por sua vez transfere tecnologia, inovações de produtos e processo e se ocupa de atender os mercados – internos e externos.

Os ganhos de produtividade dos produtores rurais e da indústria são transferidos em parte aos consumidores.

A indústria mantém sua margem de ganho, assim como os mercados de varejo, o que não acontece para o produtor rural.

No Paraná, as Cadeias Produtivas Estruturadas são:

AVES

CAFÉ

GRÃOS (SOJA, MILHO E TRIGO)

LEITE E DERIVADOS

SUCROENERGÉTICO

SUÍNOS

➤ **CADEIAS PRODUTIVAS NÃO ESTRUTURADAS**

Não há integração entre os diferentes elos das Cadeias Produtivas. Cada agente age visando o seu interesse.

Com isso, não há produção homogênea, regularidade de oferta e transferência de ganhos entre os elos dessas cadeias produtivas. As inovações de processo e de produtos evoluem lentamente para as cadeias de:

AQUICULTURA / PSICULTURA

BOVINOCULTURA DE CORTE

FRUTAS, HORTALIÇAS, FLORES E ORGÂNICOS

CULTIVOS FLORESTAIS

5.2 MATRIZ DE DEMANDA POR CADEIAS PRODUTIVAS

As demandas por ações e projetos a serem implantados nas cadeias produtivas estruturadas e não estruturadas apresentadas nas conclusões dos estudos que foram elaborados, estão contidas nas tabelas a seguir. Ao final é apresentada a matriz contendo ações e projetos governamentais e conjuntos para o meio ambiente.

Nas aludidas tabelas, as ações foram agrupadas em 3 grupos:

- **Responsabilidades do Governo do Paraná;**
- **Responsabilidades da Iniciativa Privada;**
- **Responsabilidades Conjuntas.**

CADEIA DE VALOR - AQUICULTURA/PISCICULTURA

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
LEGISLAÇÃO	NOVOS ESTÍMULOS / MERCADO	PESQUISA APLICADA
Estabelecer legislação de licenciamento ambiental que estimule a produção com menos exigência documental e com prazos estipulados para deferir a autorização de instalação sem prejuízos ao produtor	Criar associações e cooperativas de aquicultores e produtores em tanques escavados	Desenvolver pesquisas que possibilitem o aumento de produtividade em tanques escavados sem impactar o meio ambiente
	Estímulos a participação do produtor nas feiras e eventos que promovam o incentivo ao consumo de peixes produzidos	Demandar junto às universidades e instituições de pesquisa o desenvolvimento de novos processos de abate, resfriamento e transporte do pescado
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Ampliar e capacitar a assistência técnica com profissionais mais especializados na cadeia da aquicultura/piscicultura	Aumentar o nível de capacitação dos produtores de pescado atualizando os conhecimentos e ampliando a capacitação dos técnicos (SENAR, SEBRAE e SESCOOP)	Estimular junto aos produtores a integração da piscicultura com atividade agrícolas e reuso da água
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO		APOIO A AGROINDÚSTRIA
Desenvolver plano de ações governamentais em prol da produção, armazenamento, transporte e comercialização do pescado		Difundir a produção paranaense no mercado estadual e nacional
Desenvolver ações de capacitação e treinamento de técnicos e fiscais da ADAPAR na sanidade animal		
Estimular e desenvolver pesquisas em busca de processos mais produtivos e de menor custo ao produtor		

CADEIA DE VALOR - AVES

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
INSPEÇÃO SANITÁRIA	NOVOS INVESTIMENTOS / MERCADO	PESQUISA APLICADA
Buscar a integração dos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal de forma a unificar os padrões de segurança alimentar em todas as indústrias do Estado	Avaliação e formatação de um modelo de integração na produção de insumos para as rações que possa envolver os médios produtores de grãos do estado	Direcionamento dos setores de pesquisa oficiais de forma a estreitar o diálogo com o setor produtivo em busca de alternativas e opções de novos produtos. Dar responsabilidade ao IAPAR.
Manter o foco no controle sanitário visando minimizar os riscos de eventos que possam prejudicar a imagem da produção paranaense no mercado global	Foco em novos produtos de maior valor agregado com transferência de renda ao produtor rural	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Maior envolvimento da ADAPAR na capacitação dos produtores em emergências sanitárias	Criação de fóruns de discussão com o mercado de forma a alinhar as expectativas e estreitar parcerias regionais, contando sempre com a participação da Agência Paraná Desenvolvimento	Buscar maior envolvimento do setor produtivo de base em eventos comerciais de forma a criar no produtor rural uma visão mais alinhada com o desenvolvimento do mercado global e um maior entendimento da sua importância na cadeia.
INFRAESTRUTURA	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Preparar os produtores para uma visão empreendedora reforçando conceitos de gestão e planejamento.
Disponibilizar estrutura adequada para escoamento de produtos refrigerados e congelados nos portos do estado	O plano de formação contínua de mão de obra e de empreendedorismo para o setor rural precisa ser estruturado dentro de uma visão plural do negócio	GOVERNANÇA NA CADEIA DE VALOR
Adequação dos postos de prestação de serviços de estocagem regionais com suporte para refrigerados e congelados (CODAPAR)	Capacitar mão de obra das agroindústrias nas áreas de gestão de risco para prevenção e emergência em intempéries climáticas e outras incertezas mercadológicas	Planilha de custo de produção aberta e de consenso, respeitando as particularidades regionais, com regras transparentes nos critérios de formação de preços.
Aumentar a capacidade de estocagem de grãos de forma a garantir estoques reguladores para o setor		Regras claras e objetivas quanto aos pontos de avaliação indiretos como check lists sanitários e operacionais.
POLÍTICA TRIBUTÁRIA		Buscar prazos contratuais nos sistemas de integração que sejam compatíveis com os níveis de investimentos exigidos.
Estruturação de um plano de incentivo tributário para o desenvolvimento da indústria estadual e atração de novos investimentos sempre com foco no valor agregado		Apoiar o Projeto de Lei 6459/2013 tramitando no Congresso Nacional que estabelece responsabilidade da agroindústria na remuneração compatível nos investimentos voltados a legislação sanitárias e aos mercados.
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO		Criação dos CADEC'S - Comissão de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração das Unidades Industriais, em análise na Comissão de Avicultura da FAEP.
Promover maior aproximação com os diversos canais comerciais através da promoção do produto paranaense em feiras e rodadas de negócios		
Criação de programas de compras oficiais privilegiando produtos do estado e com algum grau de industrialização		

CADEIA DE VALOR - BOVINOCULTURA DE CORTE

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
INSPEÇÃO SANITÁRIA	NOVOS INVESTIMENTOS / MERCADO	PESQUISA APLICADA
Promover ampla adesão ao SISBI / SUASA. Estabelecimentos com SIP e / ou SIM	Mapeamento atualizado da produção de bezerras no Estado.	Estabelecer as possíveis rotas tecnológicas e operacionais a serem seguidas nas diferentes regiões do estado para a obtenção do produto final dentro dos padrões definidos (cruzamentos, padrões de carcaça, boas práticas de manejo, sanidade);
Equipar com recursos humanos e capacitar técnicos do SIP e SIM	Criação de uma Bolsa para disponibilizar estoques à venda de matrizes e touros no estado que estejam adequados à estratégia de padronização da carne.	Definição do padrão de carne a ser produzido no estado de acordo com a visão do mercado e as vocações produtivas regionais, tendo como referência a classificação global existente.
Maior integração entre os serviços oficiais de inspeção e vigilância sanitária	Modernizar parque industrial voltado para produtos de qualidade.	Pesquisa em tecnologias de produção apropriadas a realidade do Paraná, pequenas áreas, alta produtividade.
POLÍTICA TRIBUTÁRIA	Referendar os padrões e processos de certificação de carcaça e carne buscando a maior valorização comercial na ponta, e consequente, repasse aos produtores.	Pesquisa em desenvolvimento de produtos industrializados diferenciados
Rever a estrutura tributária para a compra de bezerras de outros estados permitindo a compensação de créditos de ICMS quando o abate final dos animais seja realizado no Estado do Paraná	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Pesquisa para o desenvolvimento de alta produtividade (cruzamentos, nutrição, forragicultura, instalações, sanidade) - Iapar, Embrapa, Universidades
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO	Articular encontros regionais entre produtores, suas associações, sindicatos e representantes dos frigoríficos de forma a facilitar acordos de comercialização que privilegiem a integração do setor de acordo com o planejamento estratégico estabelecido	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Plano de Desenvolvimento Regional para as regiões Centro Sul do Estado com foco na produção de bezerras	Dar continuidade ao Programa Empreendedor Rural para a Bovinocultura de Corte	Estabelecimento do Plano de Trabalho entre SEAB e FAEP/SENAR para formação de produtores e difusão do projeto regionalmente;
Incentivos fiscais aos produtores de carcaças de qualidade	Estruturar treinamentos específicos para cria e terminação	APOIO A AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA
Manter o controle sanitário para aftose, brucelose e tuberculose - ADAPAR	Difundir os cursos do Senar na área de capacitação gerencial	Criação, pelo SENAR e SEAB, de um plano de orientação técnica para ampliar a difusão das melhores técnicas de manejo e alimentação voltadas para a produção de acordo com o protocolo técnico e de avaliação de carcaças e cortes pré-estabelecido
Adequar o RICMS para compensar o ICMS da importação de bezerras de outros Estados	Especialização dos produtores nos diferentes sistemas produtivos (bezerras, recria e engorda) e com foco no mercado de alto valor agregado	Definição das melhores áreas do Paraná, do ponto de vista técnico e econômico (regiões sem aptidão para a agricultura mecanizada, por ex.), para a produção de bezerras de qualidade
	Capacitação dos produtores para agir em conjunto: associativismo e cooperativismo	Estimular com linhas de crédito diferenciadas projetos onde a gestão, riscos e resultados sejam compartilhados entre produtores e agroindústria
	Capacitar trabalhadores para produção de carne e não de boi: boas práticas pecuárias e bem-estar animal.	Aproximação de produtores e agroindústria para uma produção com foco em resultados por mercados específicos

CADEIA DE VALOR - BOVINOCULTURA DE CORTE

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
	Profissionalizar empresários da carne (indústria, atacado e varejo) com foco em produtividade e inovação.	NORMAS E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS
	Capacitar assistência técnica com foco em resultado estabelecendo metas através de indicadores técnicos e econômicos	Criação do sistema de classificação de carcaças e cortes de forma a balizar os protocolos técnicos e produtivos regionais e assegurar ao consumidor a diferenciação dos produtos oferecidos.
	Capacitação de técnicos para efetuar ações de vigilância em sanidade animal	Desenvolver modelo de certificação prévia dos lotes de bezerras e matrizes de forma a valorizar os produtos que já estejam adequados tecnicamente.
		Criação de um modelo de classificação de lotes terminados de forma a valorizar o produto que esteja de acordo com os protocolos técnicos estabelecidos
		Adoção da tipificação de carcaça como estratégia inicial para remuneração do produtor
		ORIENTAÇÃO TÉCNICA
		Desenvolver sistema de assistência técnica pública e privada com objetivos comuns e responsabilidades compartilhadas
		Assistência técnica voltada para resultados técnicos e econômicos
		Promover a integração entre a assistência técnica pública e privada
		SANIDADE
		Atuação em educação em sanidade animal - ações preventivas e participação social - CSA
		Desenvolver sistemas de comunicação mais eficientes (notificações, GTA eletrônica, rastreabilidade, emergências sanitárias)
		Maior envolvimento dos técnicos privados em ações de vigilância delegáveis
		GOVERNANÇA NA CADEIA DE VALOR
		Aproximar entidades representativas da indústria e produtores para definir compromissos e metas comuns
		Adoção de tecnologias e inovações no sistema produtivo de forma compartilhada

CADEIA DE VALOR - CAFÉ

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
POLITICA TRIBUTÁRIA	NOVOS ESTÍMULOS / MERCADO	ESTRATÉGIAS
Estabelecer apoio através de ajustes na regulamentação da isenção do ICMS nas saídas interestaduais de café em coco e beneficiado.	Criar associações e cooperativas de agricultores na compra de equipamentos e na comercialização do café	Definir o modelo prioritário para a nova cafeicultura do Paraná, com foco no seu potencial de resposta.
	Estímulos a participação do produtor nas bolsas de comércio e acesso aos procedimentos de cafés especiais	PESQUISA APLICADA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Desenvolver alternativas de produção com foco em cafés especiais e sustentabilidade de produção
Ampliar e capacitar a assistência técnica às novas tecnologias de difusão para cafés especiais e menor custo	Aumentar o nível de capacitação dos produtores de café, atualizando os conhecimentos e ampliando a capacitação dos técnicos (SENAR, SEBRAE e SESCOOP)	Demandar junto às universidades e instituições de pesquisa o desenvolvimento de novos processos de mecanização na colheita e produção, cursos de gestão e melhoria da qualidade
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO		ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Reformular o Plano de Reestruturação e Difusão de Tecnologia para a atual conjuntura da cafeicultura no Paraná.		Estimular junto aos produtores alternativas de consórcios de cafés com sistemas arbóreos e integração com outras atividades
Desenvolver ações de capacitação e treinamento de técnicos e instrutores do café junto ao IAPAR		Incentivar a implantação de Índices Geográficos e 4 G's
Estimular e desenvolver pesquisas em busca de processos mais produtivos e de menor custo ao produtor		APOIO A AGROINDÚSTRIA
		Apoiar mais a cadeia produtiva permeando as atividades da produção, beneficiamento e comercialização do café
		Criar novos mercados e marketing no mercado estadual e nacional

CADEIA DE VALOR - CITRICULTURA

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
DEFESA SANITÁRIA	NOVOS INVESTIMENTOS / MERCADO	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Realizar fiscalização nas unidades da Ceasa, fronteiras estaduais (entrada e saída de frutas) e nas propriedades.	Buscar investidores para fomento de produção e industrialização	Elaborar proposta de trabalho de ampliação, capacitação e disponibilização de técnicos para citricultura
Estruturar Sistema de Alerta para o controle do psilídio no Estado do Paraná para auxiliar no manejo do Greening	Incentivar e criar ambiente de negócios favorável à integração de produtores à comercialização	Incentivar e disseminar técnicas de boas práticas de agrícolas com baixo impacto ambiental ajustadas aos protocolos de qualidade globais
Acelerar o processo de informatização do sistema de Certificação Fitossanitária de Origem - CFO	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Realizar dias de campos, palestras técnicas integrando indústria, atacado, varejo, e produtores na discussão de assuntos pertinentes a cadeia produtiva
INFRAESTRUTURA	Atualizar informações técnicas para formação de produtores com visão ampla da cadeia produtiva (da produção à comercialização)	PESQUISA APLICADA
Atender as necessidades básicas de estradas, energia, telefonia fixa e móvel, acesso a internet.	Criar mecanismos de troca de informações, experiências e de difusão de boas práticas de produção estabelecendo programas de intercâmbio com países referência	Estabelecer projeto de pesquisa em citricultura para atender as demandas de acordo com as condições edafoclimáticas do Estado doenças, referente a variedades e manejo de pragas
Redefinir os processos, as estruturas atuais e integrar logicamente as unidades existentes das CEASA PR	Atualizar informações técnicas para formação de produtores e trabalhadores rurais em manejo integrado de pragas e doenças	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Acelerar o processo de modernização da CEASA / PR	Ampliar e apoiar a realização de Cursos SENAR PR para formação de pragueiros via sindicatos rurais	Incentivar e disseminar técnicas de boas práticas de agrícolas com baixo impacto ambiental ajustadas aos protocolos de qualidade globais
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO		Divulgar informações no campo com relação ao uso de FPIs de segurança e transporte de rurais
Apoiar iniciativas regionais de acordo com a vocação para produção comercial de Laranja "in natura" e indústria		ESTÍMULOS A PRODUÇÃO
Fomentar e apoiar novos viveiros cítricos com diversidade de variedades para atendimento para produção comercial de fruta "in natura"		Elaborar Plano Estadual de Citricultura
		Apoiar junto ao congresso nacional a "lei da tercerização"
		SANIDADE
		Fomento a novos viveiros de produção. Falta entomólogos profissionais da área cítrica. Equalização com custo de produção de preços de venda da fruta, com amparo de referência do preço mínimo. Obs.: hoje a fruta in natura está sendo comercializada abaixo do custo de produção e não há nenhum amparo legal de suporte

CADEIA DE VALOR - CULTIVOS FLORESTAIS

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
POLÍTICA TRIBUTÁRIA	NOVOS ESTÍMULOS / MERCADO	PESQUISA APLICADA
Isentar os produtores rurais com propriedades até 4 módulos fiscais de taxas e impostos que incidam sobre o cultivo florestal. Isenção do ICMS na aquisição de equipamentos de manejo e exploração florestal, devido ao longo ciclo do produto final	Criar associações e cooperativas de agricultores na compra de equipamentos e na comercialização dos produtos não madeiráveis.	Desenvolver estratégias da cadeia produtiva de cultivos florestais em regiões com potencial de matéria-prima disponível.
	Estímulos ao setor produtivo florestal através de cursos de gestão para empreendedores de processamento e beneficiamento da matéria prima florestal.	Demandar junto às universidades e instituições de pesquisa o desenvolvimento de novos processos de mecanização na colheita e produção da matéria-prima florestal.
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	Aprimorar os programas de fomento por parte das indústrias aos produtores rurais, mediante garantia prévia de preço de venda.	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Contratação de técnicos específicos da atividade florestal junto a Emater	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Estimular junto aos produtores alternativas de consórcios de floresta, pecuária e lavoura, além da introdução de novas espécies aptas a atender o mercado atual.
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO	Priorizar a capacitação dos técnicos da atividade através do (SENAR, SEBRAE e SESCOOP)	
Estímulo à comercialização e exportação através de legislação e sanidade específica de produtos não madeiráveis, tais como erva-mate, pinhão e frutas nativas do estado, por meio de legislação e sanidade específica	COMERCIALIZAÇÃO	
Estimular e desenvolver pesquisas em busca de novos processos e menor custo ao produtor - EMBRAPA FLORESTAS	Melhorar as condições de acesso do produtor e suas organizações nos mercados de venda da madeira.	
LEGISLAÇÃO FLORESTAL		
Estabelecer normas e leis específicas para o plantio e comercialização dos cultivos florestais com espécies nativas, a exemplo da araucária		

CADEIA DE VALOR - HORTALIÇAS, FRUTAS, FLORES E ORGÂNICOS

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
DEFESA SANITÁRIA	NOVOS INVESTIMENTOS / MERCADO	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Estabelecer um Programa Estadual de Monitoramento de Resíduos de agroquímicos e agentes biológicos.	Adequar as packing houses aos protocolos segurança alimentar.	Elaborar proposta de trabalho de ampliação, capacitação e disponibilização de técnicos para assistência técnica.
Implementar e fiscalizar protocolos segurança de alimento na produção, distribuição e industrialização.	Buscar investidores para fomento de produção e industrialização.	PESQUISA APLICADA
Acelerar o processo de informatização do sistema de Certificação Fitossanitária de Origem - CFO	Incentivar e criar ambiente de negócios favorável à integração de produtores à comercialização.	Estabelecer projetos de pesquisas para atender as demandas de acordo com as condições edafoclimáticas do Estado.
INFRAESTRUTURA	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Estruturar centros regionais de excelência em pesquisa e apoio a inovação voltados ao desenvolvimento de novos produtos seguindo normas e padrões de qualidade globais
Atender as necessidades básicas de estradas, energia, telefonia fixa e móvel, acesso à internet.	Atualizar informações técnicas para formação de produtores com visão ampla da cadeia produtiva (da produção a comercialização)	Articular com universidades e instituições de pesquisa o desenvolvimento de novos produtos industrializados com o objetivo de agregar valor à produção
Reavaliar as instalações de armazenagem existentes do Estado de forma a oferecer aos produtores e distribuidores serviços centralizados de classificação e armazenamento	Criar mecanismos de troca de informações, experiências e de difusão de boas práticas de produção, estabelecendo programas de intercâmbio com países referência	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Redefinir os processos e as estruturas atuais e integrar logisticamente as unidades existentes das CEASA PR		Incentivar e disseminar técnicas de boas práticas de agrícolas com baixo impacto ambiental ajustadas aos protocolos de qualidade globais
Acelerar o processo de modernização da CEASA PR mediante Parceria Público Privado (PPP) ou o Governo do Estado assumir esse empreendimento		Disseminar a cultura de boas práticas de produção, higiene e manipulação de produtos nas propriedades. Elaborar programa para redução de perdas.
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO		NORMAS E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS
Apoiar iniciativas regionais de acordo com a vocação para produção comercial.		Definir e adotar protocolo de padronização de classificação e rotulagem.

CADEIA DE VALOR - HORTALIÇAS, FRUTAS, FLORES E ORGÂNICOS

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
Elaborar programa de fomento para as regiões Centro Sul, Sudeste e Sudoeste do Paraná		<p style="text-align: center;">ORGANIZAÇÃO DO PRODUTOR</p>
		<p>Trabalhar intensamente para organizar os produtores para comercialização da produção e aquisição de insumos e sementes, mantendo vínculos com os demais elos da Cadeia.</p>
		<p style="text-align: center;">SANIDADE</p>
		<p>Estabelecer protocolos junto aos órgãos oficiais de Boas práticas de Produção e Distribuição para produtores e distribuidores.</p>
		<p>Estabelecer programa de boas práticas de produção, distribuição, manipulação e transporte para objetivo de reduzir perdas na cadeia e evitar que produtos não adequados ao consumo sejam comercializados</p>
		<p>Estabelecer protocolo e sistema de rastreabilidade para frutas e hortaliças em parceria com órgãos oficiais</p>
		<p>Estabelecer um protocolo de fiscalização junto aos órgãos oficiais para manter um controle dos produtos, embalagens desde a produção até a comercialização</p>
		<p style="text-align: center;">PROMOÇÃO AO CONSUMO</p>
<p>Elaborar projeto para campanhas de incentivo ao consumo de frutas e hortaliças produzidas no Paraná.</p>		

CADEIA DE VALOR - GRÃOS: SOJA, MILHO E TRIGO

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
INSPEÇÃO SANITÁRIA	NOVOS INVESTIMENTOS / MERCADO	PESQUISA APLICADA
Descentralizar processos de inspeção de grãos para exportação criando mecanismos de controle regionais de forma a desafogar os Portos	Avaliação e formatação de um modelo de integração na produção de insumos para as rações animais que possa envolver os médios produtores de grãos do estado	Abrir a interlocução e estabelecer plano de trabalho com as principais empresas de sementes atuantes no país visando a criação no estado de um polo de produção de sementes orgânicas e não geneticamente modificadas
Definir mecanismos de proteção e fiscalização de áreas certificadas como não geneticamente modificadas ou orgânicas de forma a preservar esses núcleos de produção	Promover a produção de grãos especiais voltados para nichos de mercado de maior valor agregado	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Avaliar os impactos e montar plano de ação para adequação da produção paranaense à nova lei de segurança alimentar dos EUA	Aumentar a oferta de armazenagem na propriedade e intermediária	Reforçar programas de utilização de agricultura de precisão buscando redução de custos e impactos ambientais e maior produtividade
INFRAESTRUTURA	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Incentivar o Uso de Irrigação
Atender as solicitações contidas no II Plano Diretor do Agronegócio	Buscar parcerias com indústrias de máquinas e implementos para criação de cursos permanentes de formação técnica de operadores	Criar programas de intercâmbio tecnológico com foco em produção de grãos especiais de alto valor agregado aproveitando a diversidade climática e geográfica do estado
Adequação dos postos de prestação de serviços de estocagem regionais e dos Portos à nova lei americana de segurança alimentar	Intensificar as ações do SENAR/PR na capacitação do produtor no uso adequado de herbicidas, plantio e redução de perdas na colheita	APOIO A AGROINDÚSTRIA
Aumentar a capacidade de estocagem de grãos de forma a garantir estoques reguladores	Buscar novas variedades de trigo aptas as condições de clima e solo do Paraná	Buscar e incentivar investimentos de agroindústrias voltadas a produtos de nicho criando polos regionais de acordo com as vocações produtivas
POLÍTICA TRIBUTÁRIA		NORMAS E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS
Estímulos tributários para produtos de maior valor agregado na área industrial		Elaborar plano de ação buscando futuras certificações regionais para grãos e sementes especiais
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO		
Mapear tecnicamente as vocações produtivas regionais e estabelecer um plano de estímulo à produção de grãos especiais de inverno como aveia, cevada, trigo		
Atrair novas empresas estrangeiras para fabricação de novos produtos com maior valor agregado		

CADEIA DE VALOR - LEITE E DERIVADOS

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO -LEITE

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
INSPEÇÃO SANITÁRIA	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	PESQUISA APLICADA
Realizar fiscalização da produção primária e industrial para assegurar a comercialização de leite e derivados dentro dos padrões legais de segurança para o consumidor	Aumentar o nível de qualificação dos produtores de leite, atualizando os conhecimentos (SENAR, SEBRAE e SESCOOP)	Desenvolver alternativas focadas no uso de insumos de acordo com as vocações e disponibilidades regionais
POLÍTICA TRIBUTÁRIA	Aumentar o nível de qualificação dos trabalhadores nas indústrias, focando Boas práticas de fabricação e gerenciamento (SENAI, SEBRAE e SESCOOP)	Desenvolver pastagens adequadas para as diferentes regiões do estado. IAPAR e EMBRAPA
Rever o RICMS para garantir competitividade e produção de leite e derivados no Paraná	CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS	Demandar junto às universidades e instituições de pesquisa o desenvolvimento de novos produtos industrializados com o objetivo de agregar valor à produção de leite do estado
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO / ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS	Aumentar o nível de qualificação dos técnicos do estado e da iniciativa privada responsáveis pela transferência de tecnologia e assistência técnica (SENAR, SEBRAE e SESCOOP)	Realizar pesquisas em bem estar animal com vistas a criar protocolo de acordo com a realidade das regiões
Apoiar iniciativas regionais com foco na melhoria da produção de leite	FORTELECIMENTO DA PARCERIA INDÚSTRIA / PRODUTOR	ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL PARA ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS
Atender as necessidades básicas de estradas, energia, telefonia fixa e móvel, acesso a internet, estimulando produtores e indústrias a investirem na atividade	Indústrias implementarem programa de pagamento por qualidade	Implantar plano estadual para pecuária leiteira contemplando todos os níveis de produtores e processadores
MELHORAMENTO GENÉTICO	Adesão das indústrias e cooperativas no Programa de Boas Práticas Agropecuárias na propriedade leiteira, rateando custos e incentivando a participação de seus fornecedores	Adesão das indústrias ao SISBI / SUASA
Apoiar as Associações de Criadores para ampliarem os testes de progênie		Buscar investidores para apoiar as iniciativas regionais de fomento de produção e industrialização BEM COMO PARA PRODUÇÃO DE LÁCTEOS DE MAIOR VALOR AGREGADO.
Criar programas de incentivo ao melhoramento genético dos rebanhos vinculados à implantação de Programa de Boas Práticas Agropecuárias nas propriedades rurais		ORIENTAÇÃO TÉCNICA
		Implementar programa de Boas Práticas Agropecuárias e gerenciamento nas propriedades leiteiras e boas práticas de fabricação e gerenciamento nas indústrias e cooperativas

CADEIA DE VALOR - LEITE E DERIVADOS

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO -LEITE

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
INSPEÇÃO SANITÁRIA	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	PESQUISA APLICADA
		GENÉTICA
		Incentivar e disseminar as técnicas de inseminação artificial; incentivar a avaliação genética de rebanhos; ampliar os testes de progênie; apoiar a realização de cruzamentos controlados -uso de genética superior
		MELHORIA DAS PASTAGENS
		Criar e incentivar programas melhoria de pastagens e nutrição animal complementar considerando sazonalidades e vocações regionais
		SANIDADE
		Manter as ações de combate a brucelose, tuberculose , febre aftosa e outras doenças. ADAPAR - CSA´s

CADEIA DE VALOR - MANDIOCA

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO	NOVOS INVESTIMENTOS / MERCADO	PESQUISA APLICADA
Criação de programas de compras oficiais incentivando a aquisição de produtos a base de mandioca e com algum grau de industrialização	Desenvolver programas de incentivo ao consumo de produtos a base de mandioca	Direcionar o foco das pesquisas de campo para a mecanização do processo produtivo de forma a reduzir a dependência de mão de obra no plantio e colheita
Mapear as vocações produtivas regionais e estabelecer um plano de estímulo à produção tecnificada criando polos de excelência em produção e com alta produtividade	Desenvolver produtos mindustrializados especiais voltados para nichos de mercado de maior valor agregado	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
	Prospectar mercados para exportação de fécula	Reforçar programas de plantio tecnificado buscando redução de custos e maior produtividade
		Criar programas de intercâmbio tecnológico globais com foco em produção de variedades especiais de alto valor agregado aproveitando a diversidade climática e geográfica do estado
		APOIO A AGROINDUSTRIA
		Buscar e incentivar investimentos em arranjos produtivos locais, especializados em fécula e farinha de forma a garantir regularidade de abastecimento das agroindústrias
		Elaborar plano de desenvolvimento para produtos especiais no estado (orgânicos e funcionais)

CADEIA DE VALOR - SUCRO ENERGÉTICO

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
POLÍTICA TRIBUTÁRIA	NOVOS INVESTIMENTOS	PESQUISA APLICADA
Rever a política tributária para dar condições de competitividade ao etanol hidratado produzido no Paraná	Os novos investimentos em Cogeração de energia terão as integrações do BAY da usina até a linha de transmissão, por conta da COPEL	Dar continuidade aos trabalhos conduzidos pela UFPR na produção de novas variedades de cana
INFRAESTRUTURA	CAPACITAÇÃO DE MÃO DE OBRA	Liberação para produção de cultivares de cana transgênica e maior apoio para pesquisa de novos cultivos de cana
Desapropriar áreas onde será construído o etanolduto: Marialva / Paranaguá	Intensificar cursos do SENAR como apoio das fabricantes de equipamentos para capacitar mão de obra	Propor ao Governo Federal estímulos tributários para combustíveis que contribuam para a melhoria do planeta. "Greentax"
Duplicação do Anel de Integração		
Dar continuidade a PPP entre o setor na construção e readequação de estradas vicinais da região de produção de cana		
ESTÍMULOS À PRODUÇÃO		
Isenção de ICMS para as usinas que vierem a produzir etanol de 2ª geração		
Incentivar a implantação de um pólo de manutenção de indústrias canavieiras na região Noroeste do Paraná		
Apoio para continuidade da linha PRORENOVA do BNDES para produção de cana		
Equalização do ICMS entre os Estados		

CADEIA DE VALOR - SUINOS

AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO AGRONEGÓCIO

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
INSPEÇÃO SANITÁRIA	NOVOS INVESTIMENTOS / MERCADO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Buscar a integração dos sistemas de inspeção federal, estadual e municipal de forma a unificar os padrões de segurança alimentar em todas as indústrias do Estado	Foco setorial em novos produtos industrializados que propiciem transferência de renda para toda a cadeia de valor	Buscar maior envolvimento do setor produtivo de base em eventos comerciais de forma a criar no produtor rural uma visão mais alinhada com o desenvolvimento do mercado global e um maior entendimento da sua importância na cadeia
Manter o foco no controle sanitário visando minimizar os riscos de eventos que possam prejudicar a imagem da produção paranaense no mercado global	Participar de campanhas informativas sobre as propriedades nutricionais da carne suína mostrando seu consumo mundial e incentivando o aumento de consumo no Brasil	Preparar os produtores para uma visão empreendedora reforçando conceitos de gestão e planejamento
INFRAESTRUTURA	Fomentar o uso de tecnologias para tratamento de dejetos nas propriedades rurais	GOVERNANÇA NA CADEIA DE VALOR
Implantar as sugestões contidas no II Plano Diretor do Agronegócio	SENAR / SESCOOP atuar mais intensamente para capacitar o produtor com ênfase na redução de custos	Planilha de custo de produção aberta e de consenso, respeitando as particularidades regionais
POLÍTICA TRIBUTÁRIA		Regras claras e objetivas quanto aos pontos de avaliação indiretos como check lists sanitários e operacionais
Estruturação do plano de incentivo tributário para o desenvolvimento da indústria estadual e atração de novos investimentos sempre com foco no valor agregado		Buscar prazos contratuais nos sistemas de integração que sejam compatíveis com os níveis de investimentos exigidos
ESTÍMULOS A PRODUÇÃO		
Promover maior aproximação com os diversos canais comerciais através da promoção do produto paranaense em feiras e rodadas de negócios		
Criação de programas de compras oficiais privilegiando produtos do estado e com algum grau de industrialização		

MEIO AMBIENTE - AÇÕES CONJUNTAS

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
LEGISLAÇÃO	CAPACITAÇÃO DE FACILITADORES	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Adequar a legislação Estadual e as normativas do órgão ambiental a Lei 12.651/2012(NOVO CÓDIGO FLORESTAL)	Atualizar informações técnicas para formação de produtores sobre o meio ambiente e o cadastro ambiental rural (SISTEMA FAEP / SENAR)	Elaborar proposta de trabalho de ampliação, capacitação e disponibilização de técnicos para atender o produtor rural na área de conservação de solo, manejo integrado de pragas e doenças.
Implementar o Novo Código Florestal com as conquistas do setor produtivo		Elaborar proposta de trabalho de ampliação, capacitação e disponibilização de técnicos para atender o produtor rural no Cadastro Ambiental Rural.
Implementar o Programa de Regularização Ambiental(PRA)		Elaborar proposta de trabalho de ampliação, capacitação e disponibilização de técnicos para atender o produtor rural no Programa de Regularização Ambiental (PRA).
TERMOS DE COMPROMISSOS		Elaborar proposta de trabalho de ampliação, capacitação e disponibilização de técnicos para atender a análise e homologação do Cadastro Ambiental Rural.
Rever os termos de compromisso referentes a Áreas de Preservação Permanente e Reserva legal e adequá-los ao Novo Código Florestal		PESQUISA APLICADA
CADASTRO AMBIENTAL RURAL		Estruturar centros regionais de excelência em pesquisa e apoio a inovação voltados ao desenvolvimento de novos produtos seguindo normas e padrões de qualidade globais
Disponibilizar a internet à zona rural de forma a facilitar o acesso dos produtores ao Cadastro Ambiental Rural (CAR)		Demandar junto às universidades e instituições de pesquisa para a implantação da Reserva Legal com espécies exóticas e nativas viabilizando ganho econômico para o produtor rural
Disponibilizar técnicos para cadastrar os produtores rurais no CAR		ORIENTAÇÃO TÉCNICA
Disponibilizar técnicos para orientar a recomposição de vegetação nativa e exótica para o Programa de regularização Ambiental (PRA)		Incentivar e disseminar as técnicas de produção com baixo impacto ambiental de acordo com protocolos de qualidade globais. Ex; Programa ABC, protocolo de mudanças climáticas
FISCALIZAÇÃO		Preparar os produtores para uma visão empreendedora reforçando conceitos de gestão e planejamento do meio ambiente
A atribuição da Polícia Ambiental deve ser também redirecionada para a segurança da área rural		CAMPANHA PLANTE SEU FUTURO
A atribuição da Polícia Ambiental e dos órgão de fiscalização deve ser orientativa do novo Código Florestal		Elaborar e implementar campanha para incentivar práticas de manejo integrado de pragas, manejo integrado de doenças, formigas cortadeiras, tecnologia de aplicação e conservação de água e solo.

MEIO AMBIENTE - AÇÕES CONJUNTAS

AÇÕES DO GOVERNO DO PARANÁ	INICIATIVA PRIVADA	AÇÕES CONJUNTAS
LEGISLAÇÃO	CAPACITAÇÃO DE FACILITADORES	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS Implantar o programa de pagamento por serviços ambientais aos produtores rurais que preservaram de acordo com o antigo Código Florestal e nas áreas de captação e mananciais de água		ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO Examinar em conjunto com a iniciativa privada o Zoneamento Ecológico Econômico
		Participação da iniciativa privada na proposta do documento final para que contemple a viabilidade de atividades econômicas da agropecuária